

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

Comissão de Elaboração:

Representantes do corpo docente

Marconi Gomes da Silva (Presidente)
André Luís Cabral de Lourenço
Denílson da Silva Araújo
Francisco Wellington Duarte
Hiran Francisco Oliveira Lopes da Silva
João Rodrigues Neto
Luziene Dantas de Macedo
William Eufrásio Nunes Pereira

Representante do corpo discente

Elivânia Bezerra de Melo

Natal (RN), outubro de 2009

Comissão de Elaboração:

André Luís Cabral de Lourenço
Denílson da Silva Araújo
Elivânia Bezerra de Melo
Francisco Wellington Duarte
Hiran Francisco Oliveira Lopes da Silva
João Rodrigues Neto
Luziene Dantas de Macedo
Marconi Gomes da Silva (Presidente)
William Eufrásio Nunes Pereira

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

Natal (RN), outubro de 2009

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	03
2. HISTÓRICO DO CURSO.....	04
3. DIAGNÓSTICO DO CURSO.....	08
4. JUSTIFICATIVA.....	19
5. OBJETIVO DO CURSO.....	21
6. PERFIL DO FORMANDO.....	22
7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	23
8. ESTRUTURA CURRICULAR.....	24
9. METODOLOGIA.....	69
10. AVALIAÇÃO.....	74
11. SUPORTE PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO	76
12. RESULTADOS ESPERADOS.....	77
13. REFERÊNCIAS UTILIZADA.....	93
ANEXOS.....	94

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico (PP) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte tem como uma característica fundamental a participação articulada de docentes e discentes do Curso. A elaboração do citado PP foi recentemente retomado, através da realização de oficinas, para a um processo de auto-avaliação, contando com a mediação da Pró-Reitoria de Graduação. O processo de auto-avaliação constou de 2 etapas: etapa diagnóstica e etapa propositiva. Na etapa diagnóstica foram coletadas as percepções de professores e alunos sobre a realidade do curso, discutindo e analisando os seguintes aspectos: a) Consonância do perfil do formando com o avanço do conhecimento, da tecnologia, das demandas sociais e do mercado; b) Organização dos conhecimentos na estrutura curricular; c) Integração de conteúdos e de disciplinas; d) Integração ensino, pesquisa e extensão; e) Qualidade das aulas; f) Relação teoria e prática; g) Relação professor e aluno; h) Avaliação do processo ensino-aprendizagem; i) Gestão do Curso: Coordenação, Colegiado de curso e Orientação Acadêmica e j) Infra-estrutura.

Na etapa propositiva, professores e alunos baseados nos resultados obtidos da etapa diagnóstica, formularam propostas para o curso, considerando como objetivos: I) O comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; II) O caráter plural da Ciência Econômica, formada por correntes de pensamentos e paradigmas diversos; III) A importância de enfatizar no ensino das várias disciplinas as inter-relações existentes entre os fenômenos econômicos e o todo social em que se inserem; e IV) A transmissão ao estudante, ao longo do curso, do senso ético e da responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro de sua profissão.

As propostas que emergiram da discussão conjunta entre docentes e discentes permeiam todo o documento, que se encontra estruturado, além da presente Introdução, nos seguintes componentes: Histórico do curso; Diagnóstico do curso; Justificativa; Objetivo do curso; Perfil do formando; Competências e habilidades; Estrutura curricular; Metodologia; Avaliação; Suporte para a execução do projeto; Resultados esperados e Bibliografia utilizada.

2. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) teve origem na antiga Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Rio Grande do Norte - instituição particular de ensino superior. Esta faculdade foi incorporada pela UFRN em 1970, federalizada pela Lei no. 5.702, de 14 de setembro de 1971 e reconhecida pelo Decreto no. 79.372, de 10 de março de 1977.

A primeira modificação na estrutura do Curso foi implementada no ano de 1979, com o objetivo de corrigir distorções em relação às disciplinas que compunham o currículo mínimo e pleno do Curso. Nos anos subsequentes, várias modificações foram introduzidas nos ementários e conteúdo das disciplinas. Essas ações contaram com a decisiva colaboração de professores do Departamento que haviam sido afastados para programas de mestrado em outras instituições, bem como de novos docentes com pós-graduação contratados no final da década de setenta do Século XX.

No início da década de oitenta do Século XX, foi realizado um amplo movimento nacional por mudanças nos cursos de economia. O Conselho Federal de Economia (COFECON), como órgão de classe, incorporou ao seu plano de metas a melhoria da qualidade da formação profissional, assumindo a coordenação de tal movimento no país. O Departamento de Economia da UFRN prontamente se integrou a ele, uma vez identificado com a proposta que apontava no sentido de assegurar a pluralidade metodológica que caracteriza a Ciência Econômica e a necessidade de privilegiar o estudo da realidade brasileira.

Deste movimento surgiu a proposta do Novo Currículo Mínimo de Ciências Econômicas, conforme Parecer nº 375/84, cujo relator foi Armando Dias Mendes e que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em 06 de junho de 1984 e transformado na Resolução nº 11/84 do Conselho Federal de Educação (CFE). A nova proposta teve objetivos claros quanto à articulação do curso com a realidade brasileira e o compromisso com o pluralismo metodológico. Em 1985, o Departamento de Economia (DEPEC) elaborou, juntamente com a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas (COREC), um novo currículo pleno, nos moldes da Resolução acima citada, o qual passou a vigorar a partir desse mesmo ano, após a aprovação pelas instâncias competentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Resolução nº 57/85 - CONSEPE).

A reestruturação do curso, com a introdução de novas disciplinas e modificação do conteúdo de muitas outras, impunha a necessidade de atualização do corpo docente do

Departamento. Com esse objetivo, foi firmado convênio com o Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), aprovado e financiado pela CAPES, no ano de 1985, através do qual, professores daquela instituição ministraram cursos de atualização abrangendo as principais disciplinas do eixo teórico e histórico integrantes do novo currículo.

Passados aproximadamente doze anos de vigência do currículo implantado em meados da década de oitenta do Século XX, a partir de 1997 iniciou-se, a partir da Coordenação de Curso (COREC), um processo de discussão acerca da reformulação dos conteúdos programáticos das disciplinas do Curso e a consequente atualização curricular, cujo centro norteador continuou sendo a Resolução 11/84. Embora o debate em torno da questão tivesse sido rico em propostas, não houve avanço quanto à reformulação da estrutura curricular e as medidas tomadas se concentraram na alteração de alguns conteúdos programáticos.

No final de 1997 iniciou-se, em nível nacional, a discussão acerca das diretrizes curriculares dos cursos de graduação e a partir deste momento as discussões locais ficaram condicionadas ao processo de discussão geral, cujo término deu-se em julho de 2007.

Dessa forma, embora os debates acerca da reformulação dos programas das disciplinas e mudanças na Estrutura Curricular do curso não tivessem sido abandonados, o foco da discussão passou a ser na construção de uma estrutura maior, o Projeto Pedagógico, que introduzia uma série de novos elementos a serem considerados na discussão sobre o perfil e o formato do curso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, Resolução nº 4 CNE/CES, de 13 de julho de 2007, que constituem resultado de um longo processo de mudanças institucionais que norteiam a reestruturação dos cursos de economia do país, conforme o resgate apresentado a seguir:

Processo de Construção das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas.

Parecer nº 776/97 CNE/CES, de 03 de dezembro de 1997 que estabeleceu orientação geral para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, colocando os princípios gerais a serem seguidos pelas instituições de nível superior.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>

Parecer nº 583/2001 CNE/CES, de 04 de abril de 2001, que também trás orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, tendo como eixo do parecer o estabelecimento de aspectos a serem observados pelas diretrizes curriculares.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>

Parecer nº 146/2002 CNE/CES, de 03 de abril de 2002. Versava sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, **Ciências Econômicas**, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design. No Parecer são estabelecidos o *perfil desejado do formando*, *competências e habilidades* e os *conteúdos curriculares*.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>

Parecer nº 67/2003 CNE/CES, de 11 de março de 2003, que estabeleceu um referencial geral para as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos Cursos de Graduação. O objetivo do Parecer era o de reunir, em parecer específico, todas as referências normativas existentes na Câmara relacionadas com a concepção e a conceituação dos Currículos Mínimos Profissionalizantes fixados pelo então Conselho Federal de Educação (CFE) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>

Parecer nº 108/2003 CNE/CES, de 07 de maio de 2003. Este Parecer trata da duração dos cursos presenciais, iniciando um processo de debate nacional acerca do tema.

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0108.pdf>

Parecer nº 054/2004 CNE/CES, de 18 de fevereiro de 2004. Este Parecer trata especificamente das Diretrizes Curriculares Nacional do Curso de Ciências Econômicas. Trata da *organização do curso*, do *projeto pedagógico*, do *perfil desejado do formando*, *competências e habilidades*, *conteúdos curriculares*, *organização curriculares*, *estágio curricular supervisionado*, *atividades complementares*, *acompanhamento e avaliação* e *trabalho de curso*.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0054_04.pdf

Parecer nº 329/2004 CNE/CES, de 11 **de novembro de 2004**. Trata da Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Nele é definido que a Carga Horária mínima para os Cursos de Ciências Econômicas será de 3.000 horas/aula.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces329_04.pdf

Parecer nº 380/2005 CNE/CES, de 06 **de outubro de 2005**. O Parecer trata da reconsideração do Parecer CNE/CES nº 54/2004, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas. A discussão sobre a retirada da obrigatoriedade da Monografia provou protestos nos órgãos de classe e nas associações acadêmicas. A Monografia volta a ser item obrigatório e o Estágio Supervisionado como elemento a ser implementado, ou não, de acordo com o perfil e os interesses do Curso.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0380_05.pdf

Resolução nº 07 CNE/CES, de 29 **de março de 2006**. Instituiu as Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Econômicas.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2006/rces007_06.pdf

Parecer nº 95/2007 CNE/CES, de 29 **de março de 2007**. Alteração do Parecer CNE/CES nº 380/2005 e da Resolução CNE/CES nº 7/2006, relativos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas. O Parecer é corrigido para confirmar a obrigatoriedade da Monografia, que não ficara bem clara na Resolução 07/2006.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces095_07.pdf

Parecer nº 8/2007 CNE/CES, de 31 **de janeiro de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Neste Parecer aprofunda-se o estudo sobre a Carga Horária e a integralização curricular. As 3.000 horas/aula de Ciências Econômicas são mantidas.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces008_07.pdf

Resolução nº 2 CNE/CES, de 18 **de junho de 2007**, Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação,

bacharelados, na modalidade presencial. O Curso de Ciências Econômicas fica com 3.000 horas/aula e o limite mínimo para integralização em 04 anos.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces002_07.pdf

Resolução nº 4, de 13 de julho de 2007. Esta Resolução Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf

À luz da legislação acima apresentada e considerando as inquietações dos discentes e docentes do Curso de Ciências Econômicas e as demandas do mercado e, especialmente, da sociedade foi retomado, a partir do segundo semestre de 2008, o esforço de elaboração do Projeto Pedagógico que terá vigência e orientará as ações no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte nos próximos anos.

3. DIAGNÓSTICO DO CURSO

O diagnóstico do Curso será apresentado em duas partes. A primeira baseia-se nos dados relativos ao corpo docente e às atividades de ensino – de graduação e pós-graduação – e de pesquisa realizadas no Departamento e que de algum modo têm sido apresentados em documentos oficiais elaborados pelo Departamento de Economia. A segunda encontra-se fundada nas opiniões de discentes e docentes, por ocasião do processo de auto-avaliação do Curso de Ciências Econômicas no início da Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso.

1) Diagnóstico: uma abordagem objetiva

O Departamento de Economia conta atualmente com 27 (vinte e sete) integrantes no seu quadro de docentes, entre os quais, 26 (vinte e seis) exercem a função em regime de dedicação exclusiva. Um aspecto que traduz o grande esforço de qualificação empreendido pelo Departamento de Economia é contar atualmente 60% (sessenta por cento) dos professores com titulação em nível de doutorado, 22% de Mestres e 18% especialistas.

Corpo docente segundo a titulação e o regime de trabalho

NOME	TITULAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Alcimar de Almeida Silva	Especialista	40 h.
André Luis Cabral de Lourenço	Doutor em Economia/UFRJ	DE
André de Mattos Marques	Doutor em Economia/UFRGS	DE
Antonio-Alberto Cortez	Especialista	DE
Denílson da Silva Araújo	Doutor em Economia/UNICAMP	DE
Edward Martins Costa	Mestre em Economia/UFPB	DE
Flávio José Cunha de Aguiar	Especialista	DE
Francisco Nabuco A. Barreto Neto	Mestre em Economia/UFCG	DE
Francisco Wellington Duarte	Doutor em Ciência Política/UFRN	DE
Hiran Francisco Oliveira Lopes da Silva	Doutor em Educação/UFPB	DE
Jaime Jorge Campero Vasquez	Especialista	DE
Janaína da Silva Alves	Doutora em Economia/UFPE	DE
João Matos Filho	Doutor em Economia/UNICAMP	DE
João Rodrigues Neto	Doutor em Economia/UNICAMP	DE
Jorge Luiz Mariano da Silva	Doutor em Economia/UFPE	DE
Lúcia Helena A. Costa	Especialista	DE
Luziene Dantas de Macedo	Mestre em Economia/UFCG	DE
Márcia Maria Oliveira Bezerra	Doutora em Economia/UNICAMP	DE
Marconi Gomes Silva	Doutor em Ciências Sociais/UFRN	DE
Maria Lussieu da Silva	Doutora em Economia/UNICAMP	DE
Maria da Luz G. Campos	Mestre em Engenharia da Produção/UFRN	DE
Maria do Socorro G. Teixeira	Doutora em Comunicação/USP	DE
Rogério Pires da Cruz	Mestre em Economia/CAEN	DE
Valdênia Apolinário	Doutora em Engenharia da Produção/COPPE/UFRJ	DE
Valéria Leite Coelho	Mestre em Engenharia Mecânica/UFRN	DE
William Eufrásio Nunes Pereira	Doutor em Ciências Sociais/UFRN	DE
Zivanilson Teixeira e Silva	Doutor em Administração/UFPB	DE

O esforço de qualificação também se expressa no fato de dois docentes se encontrarem afastados com a finalidade de titulação em nível de doutorado. Atualmente dois docentes encontram-se realizando estudos com vistas à obtenção do título de doutor sendo um na área de desenvolvimento regional e um outro, na área de economia da saúde.

Docente afastados para qualificação – nível doutorado

NOME	CURSO/ÁREA	INSTITUIÇÃO	PERÍODO DO AFASTAMENTO
Francisco Nabuco A. Barreto Neto	Ciências Sociais/ Desenvolvimento Regional	UFRN	2006/2009
Valéria Leite Coelho	Centro de Ciências da Saúde/ Economia da Saúde	UFRN	2006/2009

Além de atuação na docência, o Departamento de Economia, ao longo da sua história, tem cedido docente para atuação em distintas esferas governamentais. Atualmente um docente encontra-se afastado a serviço do Governo do estado do Rio Grande do Norte, conforme quadro a seguir:

Docentes afastados para órgãos do poder público

NOME	ÓRGÃO
Antonio-Alberto Cortez	Secretaria de Agricultura do Governo do Estado do Rio Grande do Norte

É com esse quantitativo de docentes que o Departamento de Economia tem atendido nos últimos 02 semestres à demanda média de 37 turmas/semestre do Curso de Ciências Econômicas e à demanda semestral de 25 turmas/semestre originária de aproximadamente 20 cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no âmbito da graduação.

No entanto, no que concerne à atividade de ensino, as ações do Departamento de Economia estendem-se também, desde 1995, ao ensino no âmbito da pós-graduação. No período 1995/96 foram ministrados curso de especialização na área de Modernização e Economia Regional e no período 1999/2000 na área de Economia do Trabalho. O passo seguinte foi a inserção no âmbito da pós-graduação stricto sensu. A criação e implantação do Curso de Mestrado em Economia foi aprovada através da Resolução No. 051/2001-CONSEPE, de 16 de outubro de 2001. Três anos após sua criação, o Curso de Mestrado em Economia recebeu recomendação do Conselho Técnico Científico (CTC) da Capes, em comunicação através do Ofício No 593/2004-CTC/CAPES, datado de 20 de dezembro de 2004.

Desde o início das atividades no âmbito da pós-graduação foi criada a Base de Pesquisa “Estratégias para o Desenvolvimento do Nordeste: Seção Rio Grande do Norte”. Esta Base de Pesquisa foi instituída em 1994, com vistas a integrar as pesquisas que eram desenvolvidas desarticuladamente, no âmbito do Departamento de modo a promover a melhoria da produção dos corpos docente e discente. As linhas de pesquisa desenvolvidas na Base de Pesquisa Estratégias para o Desenvolvimento do Nordeste são as seguintes: Agricultura e desenvolvimento rural e Estratégias para o desenvolvimento regional. A Base é atualmente coordenada pelo professor Jorge Luiz Mariano da Silva.

Atualmente os projetos de pesquisa em andamento no Departamento de Economia, em sua maioria vinculados à Base de Pesquisa, são os seguintes:

- Financiamento do turismo no Brasil e no estado do Rio Grande do Norte (Márcia Maria de Oliveira Bezerra);
- A agropecuária e a agroindústria norte-rio-grandense: transformações e grupos de interesses (João Matos Filho)
- Modelagem macroeconômica da hipótese de instabilidade financeira (André Luís Cabral de Lourenço);
- Descentralização e desenvolvimento local: a experiência da Agência de Desenvolvimento do Seridó (RN) (João Matos Filho);
- Políticas públicas e transformações econômicas na agricultura do Rio Grande do Norte (João Matos Filho);
- Finanças públicas e desenvolvimento local: fontes de financiamento, magnitude e efeitos do gasto (João Matos Filho);
- Competitividade e eficiência técnica na carcinicultura do Rio Grande do Norte (Jorge Luiz Mariano da Silva);
- A trajetória recente do comércio exterior da Região Nordeste (2003-2008) (Maria Lussieu da Silva);
- Refinaria de petróleo: uma perspectiva para o pólo industrial de Guamaré – RN (João Rodrigues Neto);
- A dinâmica do mercado de trabalho no setor terciário da Região Metropolitana de Natal na década de 1990 (Marconi Gomes da Silva);
- O emprego formal na indústria das cidades de porte médio do Nordeste: estagnação ou crescimento? (William Eufrásio Nunes Pereira)

O aludido processo de incremento da pesquisa no Departamento de Economia tem sido reforçado com a criação de Grupos de Estudos e Pesquisas Teóricas e Aplicadas. Assim, destacam-se os grupos em atuação no Departamento de Economia:

Grupo de Pesquisas em Economia Política do Desenvolvimento (GEEPD)

Durante os dois últimos anos, alguns professores do Departamento de Economia têm se reunido sistematicamente para efetuar um estudo em comum, cujo ponto de partida foi a crítica feita por Fiori, em “Estados e moedas no desenvolvimento das nações”, a respeito da despolitização da ciência econômica. Ele observa que a economia política clássica empreendeu este processo ao tentar explicar a dinâmica da economia através do livre mercado, desconsiderando o sujeito político por excelência da economia, que seria o Estado. Segundo Fiori (1999, p. 49):

Ao defender a tese de que uma mudança na correlação de forças entre os Estados era uma condição indispensável a uma maior equidade entre as nações, Adam Smith propôs à economia política clássica uma questão e um caminho que ele mesmo, posteriormente, abortou.

Os professores consideravam que a crítica de Fiori fornecia elementos para uma investigação das obras relevantes para a história do pensamento econômico à luz das chaves interpretativas da geopolítica do desenvolvimento e da teoria econômica heterodoxa contemporânea. Com tal propósito, montaram uma agenda de pesquisa teórica e organizaram vários seminários com base em bibliografia previamente definida. Alguns desses seminários contaram com a participação de professores que integram o centro de estudos de economia política internacional da UFRJ, a exemplo dos professores José Luís Fiori, Franklin Serrano e José Carlos Medeiros.

Poderão integrar o GEEPD, de forma permanente ou temporária, professores do Departamento de Economia que se comprometam em fazer as leituras previamente agendadas para os encontros que ocorrerão pelo menos uma vez a cada mês, bem como se disponham a organizar também seminários de estudo. O Grupo pretende interagir com outros grupos da UFRN assim como de outras instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no exterior, que promovem estudos semelhantes visando uma maior sinergias nas atividades do mesmo.

A proposta do GEEPD é realizar pesquisas sobre questões relativas à “parte dura” da elaboração teórica da economia política clássica, assim como das vertentes diversas das

escolas de pensamento econômico ao qual deram origem, bem como refletir acerca das medidas de caráter normativo que as mesmas podem ensejar. Com o propósito de firmar uma visão no âmbito do Departamento de Economia da UFRN de quais são os caminhos, as possibilidades e os obstáculos quando se pensa uma política de desenvolvimento para o Brasil, o Nordeste e o Rio Grande do Norte.

Considerando que a agenda de estudo e pesquisa montada reflete o interesse acadêmico do grupo de professores, e que os mesmos têm demonstrado o compromisso com as atividades do programa, através dos sucessivos seminários dos quais têm participado, o GEEPD pleiteou e obteve a sua formalização junto a todas as instâncias cabíveis.

O citado grupo de estudo tem contado com a participação regular dos seguintes docentes:

- Márcia Maria de Oliveira Bezerra (Coordenadora)
- André Luís Cabral de Lourenço (Vice-Coodenador)
- Luziene Dantas de Macedo
- Maria da Luz Góis Campos
- Marconi Gomes da Silva
- William Eufrásio Nunes Pereira

Grupo de Estudo Em Economia Aplicada

Os pesquisadores estão distribuídos em dois subgrupos de pesquisas: Economia Aplicada e Desenvolvimento Econômico. O primeiro tem concentrado as pesquisas nas áreas de pobreza e distribuição de renda, mobilidade e convergência de renda, bem-estar econômico e comércio internacional. No segundo subgrupo, as pesquisas são desenvolvidas nas áreas de arranjos produtivos locais (APLs), turismo, economia do petróleo, crescimento das cidades e macroeconomia. Destaca-se ainda que esse subgrupo estuda o desenvolvimento na concepção histórica evolutiva.

Coordenador: Prof. Jorge Luiz Mariano da Silva

Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade (GEPETIS)

A criação do GEPETIS vem ao encontro de uma tendência crescente na sociedade e na academia de refletir estes eixos temáticos bem como as suas correlações. A contemporaneidade apresenta inúmeros desafios e perspectivas relacionados às transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, na capacidade das empresas se manterem competitivas e na necessidade do desenvolvimento de ocorrer de forma sustentável. Tal debate tem suscitado inúmeros esforços de estudos, pesquisas e políticas visando atender as demandas impostas pela complexidade que envolve tais desafios, transformando-os em oportunidades de intervenção pública e privada nesta temática.

Cinco docentes do Departamento de Economia têm interesse e formação nessa área. Estes continuam mantendo relações com os seus programas de origem, fortalecendo a troca de conhecimentos interinstitucional e interdepartamental. A experiência destes tem resultado em inúmeras participações em pesquisas, cursos/disciplinas de graduação e pós-graduação, atividades de extensão, artigos, livros, seminários/congressos nacionais e internacionais. Neste sentido, há uma necessidade de consolidar e impulsionar estas atividades coletivamente, visando refletir sobre tais eixos temáticos e suas interfaces promovendo a conexão entre: graduação e pós-graduação, pesquisa e ensino, ensino e extensão.

Assim, o Grupo é composto por professores doutores e mestres com larga experiência em estudos, ensino, pesquisas e consultoria em questões vinculadas espaço, trabalho, inovação e sustentabilidade. Podem integrar o núcleo de forma permanente ou temporária, professores, alunos de pós-graduação e de graduação, como também profissionais interessados em desenvolver pesquisas e atividades pertinentes às mencionadas temáticas. O Grupo já interage com outros grupos que promovem estudos semelhantes visando uma maior sinergia nas atividades do mesmo.

A proposta do GEPETIS, que já está cadastrado no CNPq com status “em consolidação” é realizar pesquisas sobre as questões atinentes ao espaço, trabalho, inovação e sustentabilidade de modo a ampliar o conhecimento e contribuir para o desenvolvimento de políticas e tomadas de decisões dos setores público e privado. Incluem-se como atividade importante para o núcleo a produção científica de artigos e ensaios que disseminem os estudos relevantes elaborados pelos membros do GEPETIS. Pretende-se assim, em um prazo médio de tempo, a produção de livros, relatórios técnicos e/ou similares, visando a disseminação do conhecimento gerado coletivamente e individualmente.

O citado grupo de estudo tem contado com a participação regular dos seguintes docentes:

- Wiliam Eufrásio Nunes Pereira (Coordenador)
- Marconi Gomes da Silva (Vice-Coordenador)
- Denílson da Silva Araújo
- Luziene Dantas de Macedo
- Maria Lussieu da Silva
- Valdênia Apolinário

Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP)

A criação do **Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas (GIAPP)** vem ao encontro de uma tendência crescente na academia, na sociedade e no governo, no sentido de refletir sobre o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. A contemporaneidade apresenta inúmeros desafios e perspectivas relacionados às transformações que vêm ocorrendo nos estudos de pesquisa, análise e avaliação de políticas públicas. Tais desafios têm suscitado inúmeros esforços de estudos e pesquisas que visam auxiliar a tomada de decisões dos formuladores e gestores de políticas públicas, contribuindo, dessa forma, para o aperfeiçoamento de políticas, programas e projetos de natureza econômica e social, tanto na esfera do governo quanto das organizações da sociedade civil.

O coordenador e o vice-coordenador são docentes integrantes do Departamento de Economia e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), respectivamente. Possuem experiência em coordenação de programas de pós-graduação, além de publicações de livros e artigos sobre políticas públicas, cursos em eventos nacionais e internacionais, seminários na pós-graduação de economia e ciências sociais e disciplinas na graduação e pós-graduação. Nesse sentido, há uma necessidade de consolidar e impulsionar estas atividades coletivamente, sendo indispensável a criação deste grupo, visando refletir sobre a formulação, implementação e, principalmente, avaliação e análise de políticas públicas.

Assim, o Grupo é composto por professores doutores com larga experiência em estudos, ensino, pesquisa e consultoria em questões como políticas sociais e desenvolvimento local. Podem integrar o núcleo de forma permanente ou temporária, professores, alunos de pós-graduação e de graduação, bem como colaboradores interessados em desenvolver pesquisas e atividades relacionadas à temática do grupo. O GIAPP pretende interagir com

outros grupos que promovem estudos semelhantes ou complementares, visando uma maior sinergia nas suas atividades.

A proposta do GIAPP é realizar estudos e pesquisas sobre elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que ampliem o conhecimento e contribuam para o desenvolvimento de políticas e tomadas de decisões do setor público. Pretende-se assim, em um prazo médio de tempo, a produção de livros, relatórios técnicos e/ou similares, visando a disseminação do conhecimento gerado no GIAPP.

O citado grupo de estudo tem contado com a participação regular dos seguintes docentes/discente:

- João Matos Filho (Coordenador)	(Departamento Economia - UFRN)
- Lincoln Moraes de Souza (Vice-Coordenador)	(Departamento Ciências Sociais - UFRN)
- Gilcélia Batista de Góes	(Universidade Estadual Rio Grande do Norte)
- Antonio Lisboa Leitão de Souza	(Departamento Educação - UFRN)
- Marcio Adriano de Azevedo	(Departamento Educação - UFRN)
- Maria Aparecida de Queiroz	(Departamento Educação - UFRN)
- Gilderlanio Alves Holanda	(Mestrando de Economia - UFRN)
- Márcia da Silva Pereira Castro	(Universidade Estadual Rio Grande do Norte)
- Rogério Pires da Cruz	(Departamento Economia - UFRN)
- Rosângela dos Santos Alves Pequeno	(Departamento Economia - UFRN)
- Íris Cristina Melo	(Graduação de Economia - UFRN)

Uma vez apresentadas as informações alusivas ao corpo docente – quantidade, local de formação, titulação e condição de atividade –, bem como os grupos de estudo e de pesquisa compostos por docentes do Departamento de Economia, apresentam-se de forma sucinta, os diagnósticos elaborados por discentes e docentes por ocasião do “Processo de auto-avaliação do Curso de Ciências Econômicas”.

2) O diagnóstico do Curso segundo as opiniões dos discentes e docentes

São destacados, a princípio, aspectos gerais constitutivos do diagnóstico realizado pelos representantes do corpo discente. A atividade de elaboração do diagnóstico consistiu fundamentalmente no levantamento de aspectos que conferem fragilidade ao curso.

Entretanto, o ponto de partida foi o destaque de que a heterodoxia existente no curso, ao permitir que os alunos conheçam um amplo leque de autores e de linhas de pensamento, constitui-se no elemento mais importante à qualidade da formação dos alunos do curso de ciências econômicas da UFRN.

Não obstante a consideração acima foi ressaltado que pelo fato do curso ser eminentemente teórico, há impedimentos ao estabelecimento de maiores conexões com a realidade econômica, ao menos nos níveis iniciais do curso. Entretanto, foi feita a ressalva de que tal relação passa a ser estabelecida mais fortemente a partir do quinto período do curso, sugerindo a existência de problemas de localização das disciplinas na estrutura curricular.

Além de problemas na disposição das disciplinas, os alunos destacaram que também constitui problema, o fato de algumas disciplinas apresentarem repetição de conteúdos e de outras se basearem em literatura desatualizada. Complementando esta lista de problemas ressaltaram o elevado grau de rigidez decorrente da existência de pré-requisitos e o pequeno número de disciplinas complementares, implicando em demora para o cumprimento dos créditos e o conhecimento de determinadas temáticas mais específicas. Houve também, reclamações quanto ao distanciamento de alguns docentes em relação aos alunos, o que desestimula a procura desses professores para que sejam dirimidas dúvidas fora da sala de aula.

Os alunos ressentiram-se da inexistência de eventos sistemáticos tais como palestras, seminários, encontros e atividades afins, bem como do pequeno incentivo à produção científica.

Para finalizar, foram destacados os problemas relacionados à infra-estrutura: dificuldades quanto ao uso do restaurante universitário, acervo da biblioteca central desatualizado, salas de aulas não adequadamente equipadas e segurança precária.

Tendo sido destacada a percepção dos alunos, passa-se a uma breve apresentação das percepções dos docentes.

Após um longo debate sobre o perfil do discente, tendo em vista mudanças no conhecimento, na tecnologia e nas demandas sociais e de mercado, foi defendido que na elaboração desse perfil e do PP, é fundamental manter o caráter heterodoxo do curso. Tal procedimento implica enfocar concepções críticas sobre os processos econômicos que capacitem o aluno para agir no mundo com sólida formação teórica. Esta posição coaduna-se o decisivo papel da universidade para a formação abrangente dos seus profissionais e cidadãos e no caso específico do curso de ciências econômicas, especialmente na formação de alunos

de segmentos sociais pouco favorecidos que constituem há bastante tempo, a parcela mais expressiva dos integrantes do corpo discente do curso.

No que concerne à organização dos conteúdos na estrutura curricular, foi destacado, a exemplo dos discentes, pela maioria dos docentes, o problema da localização das disciplinas. O aspecto ressaltado foi que a estrutura em vigor encontra-se norteada pelo princípio cronológico. Assim, as disciplinas encontram-se na ordem em que surgiram as sucessivas teorizações econômicas. Foram ainda destacadas imprecisões quanto a denominações de várias disciplinas, bem como a possibilidade de ampliação de disciplinas e atividades complementares, introduzindo alguma flexibilização como forma de melhorar o aprendizado e facilitar a conclusão do curso.

Quanto à integração de conteúdos e disciplinas, a opinião predominante é a ausência, principalmente em decorrência da inexistência de atividades coletivas sistemáticas, de discussões periódicas sobre os planos de ensino. No que diz respeito à relação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi constatado também um baixo nível de articulação. Foi ainda ressaltado que a maioria dos alunos que ingressa no curso de economia apresentava dificuldades com conteúdos da matemática, da língua portuguesa e da informática, de modo que serão necessárias ações para solucionar tais problemas nos níveis iniciais do curso.

No que concerne à ampla maioria dos pontos arrolados no diagnóstico foi destacada a possibilidade de superação a partir de ações coletivas que permitam evitar superposição de conteúdos e repetições de autores, bem como a melhoria nos processos de avaliação e de relacionamento entre professores e alunos.

A infra-estrutura, a exemplo da percepção dos alunos, foi identificada como sendo um problema sério, que precisa ser superado no mais breve espaço de tempo possível.

Deve ser ressaltado que a monografia foi identificada como um dos grandes obstáculos à conclusão do curso, por isso exigindo que seja repensada em novos moldes, possivelmente deixando a condição de disciplina e passando à de atividade, considerando o efetivo trabalho de orientação desenvolvido pelos docentes. Praticamente em uníssono foi defendida a implantação da orientação acadêmica para permitir que os alunos transitem no curso sem o enfrentamento de maiores percalços.

Porém, foi destacado o excepcional esforço do Departamento de Economia nos últimos anos no que concerne à qualificação do corpo docente, possibilitando melhora significativa a tal indicador. Partindo-se da constatação de que pelo fato de praticamente todos os docentes afastados para qualificação estarem de volta à UFRN, considera-se que, em que

pesem os já destacados percalços enfrentados pelo curso, o ambiente que passou a ser construído no período recente é propício a melhoras significativas tanto na graduação, como na recente pós-graduação na área de economia regional. Na realidade, a própria elaboração do Projeto Pedagógico, além de um imperativo legal, é um indicador robusto de que o Departamento de Economia concentra, neste momento, um elevado potencial de trabalho capaz de afirmar o Curso de Ciências Econômicas em um dos cursos de referência da UFRN em período de tempo relativamente curto.

4. JUSTIFICATIVA

Passados vinte e quatro anos desde a promulgação da Resolução 11/84 que atualizou o Currículo Mínimo do Curso de Ciências Econômicas e que, a partir de então, norteou o processo de estruturação do ensino de Economia no Brasil, vive-se um novo momento fecundo à retomada da discussão acerca da vitalidade do pensamento econômico, tendo em vista a ocorrência de profundas transformações econômicas e sociais, em considerável medida, em decorrência da crise e da reestruturação capitalista que está ancorada nos processos de inovação tecnológica, nas inovações financeiras, na gestão da produção e do trabalho e nas profundas transformações ocorridas na esfera da política. Sem dúvida, o tempo transcorrido desde a implantação do currículo, ainda em vigor, e as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas do Século XX, e início do Século XXI, tornam um imperativo que os currículos dos cursos de economia do país sejam repensados.

A base material da estrutura produtiva passou por uma série de transformações, em especial na reorganização da gestão da produção e nas inovações tecnológicas e que acabou se refletindo nas demais esferas da reprodução do capital, tais como a circulação e o consumo, mudando inclusive aspectos relativos à cultura e a arte. A denominada revolução da tecnologia da informação implicou novas perspectivas na esfera do conhecimento e da sociabilidade, nos negócios e nas relações de trabalho.

Por outro lado, a crise do modelo fordista de gestão da produção, fez emergir novas formas de controle do capital e do trabalho (CCQ, Kanban, Toyotismo etc) e, ao mesmo tempo, teve de conviver com um sistema cada vez mais pautado na financeirização e nos movimentos especulativos cada vez mais intensos, além do prosseguimento da centralização

dos capitais intensificando os processos de conglomeração que exercem forte poder de coerção sobre os Estados nacionais.

Outro aspecto que pode ser destacado, é que as políticas econômicas de inspiração keynesiana sofreram progressivo descrédito, diante das crises ocorridas nas últimas décadas do século XX, em economias centrais e periféricas. A crise do Estado do Bem-Estar fez com que as políticas ditas keynesianas fossem consideradas insuficientes para resolver os problemas associados à modernização, em particular os problemas sociais decorrentes do desemprego e da precarização generalizada das condições e relações de trabalho.

É importante também fazer alusão a um conjunto de acontecimentos políticos que fez estremecer as bases ideológicas e seu referencial analítico. Trata-se da crise e desmoronamento da União Soviética, da implosão do “bloco soviético” e da derrota histórica do modelo soviético de “socialismo realmente existente”. O fim da experiência socialista-estatista afetou o campo do pensamento econômico na medida em que a teoria marxista foi considerada ultrapassada e incapaz de absorver a dinamicidade da sociedade contemporânea.

O *mainstream* fortaleceu-se na década de 90 e parecia fortemente lastreado na razão e na lógica do mercado, assumindo o status de manifestação única para explicar a relação existente entre os indivíduos. Essa “vitória” da ortodoxia provocou um avanço dos que defendiam a tese da necessidade de “modernizar” os cursos de ciências econômicas, dotando-os de instrumentais analítico-técnicos que favorecessem a inserção no mercado de trabalho, em detrimento da “pesada carga teórica” dos currículos de então. A Resolução 11/84 passou a ser vista por estes setores como um entrave ao avanço do ensino de economia.

Na esfera institucional, o debate sobre a necessidade de revisão dos currículos dos cursos de ciências econômicas foi retomado em fins de 1997, a partir da ação do governo federal ao propor a implementação das novas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, tendo como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada um ano antes, em 1996. As críticas aos currículos mínimos, adotados anteriormente, se dirigiam principalmente à sua rigidez que teria como efeito tolher a liberdade das instituições quanto à formulação de propostas de atualização dos seus currículos. Além disso, um suposto “excesso” de disciplinas era criticado como algo que tendia a provocar desnecessárias prorrogações para as conclusões dos cursos. Assim, a flexibilidade curricular deveria se constituir em instrumento fundamental para atender à crescente heterogeneidade da sociedade que exige profissionais dinâmicos e com uma formação geral, mas também com liberdade de escolha quanto à construção do saber e do pensar. De acordo com essa abordagem constitui-se

imperativo “desburocratizar” o ensino e propiciar oportunidades para obter diversas habilitações dentro um mesmo programa.

Por fim, é à luz das transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas em escala mundial, da existência de novas regras institucionais de âmbito federal que normatizam as mudanças dos cursos de economia no Brasil, da experiência acumulada ao longo da vigência do atual currículo, bem como das demandas sociais e de mercado e dos anseios de mudança de discentes e docentes que está sendo implementada a reestruturação curricular do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Ciências Econômicas, pautado nas Diretrizes Curriculares emanadas da Resolução 04/2007 CNE/CES e nas orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tem como objetivos:

Em termos gerais, objetiva-se:

Formar profissionais capacitados para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, tendo em vista a sua atuação profissional e cidadã na sociedade;

Em termos específicos, têm-se como propósitos:

- (a) Permitir ao profissional adquirir a capacidade de assimilar, interagir e dominar as informações oriundas da sociedade contemporânea;
- (b) Formar profissionais que tenham sólida consciência social, a fim de que o mesmo esteja capacitado para enfrentar as situações político-econômicas e sociais, a partir de uma ação política consciente;
- (c) Dotar o profissional com conhecimento que lhe permita atuar visando ao desenvolvimento da realidade local, sem uma perspectiva compartimentada ou localista acerca desta realidade;

- (d) Criar um ambiente acadêmico comprometido com a formulação de propostas que estejam enredadas com a justiça social, a emancipação social e o fortalecimento da cidadania.

6. PERFIL DO FORMANDO

O Curso de Ciências Econômicas, segundo a Resolução 04/2007 CNE/CES, deve formar um bacharel que, ao interagir com o processo de ensino-aprendizagem tenha uma sólida e consistente formação geral; um domínio técnico que lhe permita avaliar elementos de caráter quantitativo; um conhecimento teórico forte; uma visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade mundial, brasileira, nordestina e potiguar. Os pressupostos básicos desse perfil são:

- (a) Base cultural ampla, que possibilite ao profissional o entendimento das questões econômicas, dentro do seu conteúdo histórico-social;
- (b) Capacidade de tomada de decisões, formulações de propostas e resolução de problemas numa realidade dinâmica, complexa e marcada pela heterogeneidade cultural e política;
- (c) Capacidade analítica para possibilitar a compreensão da essência dos fenômenos econômicos;
- (d) Visão crítica e aptidão para adquirir novos conhecimentos e desenvolver o saber consciente;
- (e) Domínio de habilidades relativas a efetiva comunicação e expressão oral e escrita, além de ser capaz de manipular os meios de comunicação informacionais.

7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Desenvolver competências e habilidades significa estar dotado de capacidade cognitiva diferenciada e habilidades em estar permanentemente articulado com as transformações ocorridas na esfera da subjetividade em decorrência da mudança ocorrida na base material da sociedade. Para o Curso atingir os objetivos propostos pelo Curso será

buscado o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades, expressas na Resolução 04/2007 CNE/CES:

- (a) Desenvolver raciocínio logicamente consistente;
- (b) Saber ler e compreender os textos econômicos e de áreas afins;
- (c) Elaborar pareceres, relatórios, trabalhos de natureza científica e textos na área de Economia;
- (d) Aprender adequadamente, conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- (e) Utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise de fenômenos econômicos;
- (f) Diferenciar as diversas correntes do pensamento econômico e sua influência nas políticas econômicas;
- (g) Saber atuar em equipes interdisciplinares, desenvolvendo projetos de interesse político, econômico e social.

8. ORGANIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS

A organização dos conhecimentos na Estrutura Curricular do Curso de Ciências Econômicas baseia-se num conjunto de disciplinas articuladas por blocos de estudos, denominados de Blocos de Ensino de Formação e por atividades de formação acadêmicas e extra-classe.

As disciplinas serão ministradas por um ou mais docentes, frequentemente sob a forma de aulas, com carga horária semanal de 4 horas/semanal e 60 horas/aula, ofertadas semestralmente. O PP do Curso de Ciências Econômicas inovou ao criar disciplinas com 1, 2, 3 e 4 créditos sob a denominação de tópicos especiais para conferir maior flexibilidade, inclusive possibilitando aos alunos cursos e disciplinas ministradas em curto período por docentes de outras instituições de ensino do país em visita de trabalho à UFRN. Seus conteúdos deverão, obrigatoriamente, estar em sintonia com as ementas e os objetivos gerais do Curso e obedecerão às normas vigentes quanto à obrigatoriedade de serem tornados públicos.

Os Blocos de Ensino de Formação serão constituídos por grupos de disciplinas, seguindo as orientações emanadas diretamente do artigo 5º da Resolução 04/2007, e deverão articular-se e se inter-relacionar a partir de uma concepção plural e heterodoxa que norteia o

Curso de Ciências Econômicas. Caberá ao Colegiado de Curso acompanhar e avaliar periodicamente o desenvolvimento desse processo integrador dinâmico.

As atividades de formação acadêmica comportarão:

- (a) Trabalho de Final de Curso.
- (b) Atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- (c) Atividades relevantes para a formação acadêmica do aluno;

Estas atividades poderão ser integradas no currículo do aluno, como formação complementar, e os critérios para seu aproveitamento enquanto tal, deverá seguir a legislação acadêmica vigente e os parâmetros estabelecidos pelo Colegiado de Curso.

O PP contempla um conjunto de atividades destinadas à complementação da carga horária, de característica extra-classe, com cunho acadêmico, científico e cultural. Sua concepção parte do princípio de que o aluno é o sujeito do processo de formação. Essas atividades serão anexadas ao currículo do aluno, sendo que os critérios para a seleção e pontuação dessas atividades serão determinados pelo Colegiado de Curso, que estabelecerá as normas, controle e respectivas pontuações dessas atividades.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

8.1 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS CÓDIGOS DAS DISCIPLINAS DO CURSO.

De acordo com a estrutura do curso, os códigos das disciplinas obedecerão aos critérios assim estabelecidos: Primeiro, fica estabelecido que o código terá dígitos em letras e números:

E	C	O	-	X	X	X	X
---	---	---	---	---	---	---	---

Onde: ECO: será a identificação do nome do curso Economia, podendo aparecer o nome de outros departamentos, quando se referir a disciplina de outro Departamento.

O primeiro 1º dígito em número identificará a natureza da disciplina, se:

1 = OB – Obrigatória

2 = OP – Optativa

3 = EL – Eletiva ¹

Ex: Disciplina Obrigatória de Economia quanto a natureza;

Disciplina Optativa de Economia quanto a natureza;

E	C	O	-	1	X	X	X
E	C	O	-	2	X	X	X

O segundo dígito numérico identificará os blocos a que pertence a disciplina.

Os principais blocos constituídos no curso de economia são:

1 Teóricos

2 Histórico

3 Teórico-Histórico

¹ Define-se como disciplinas eletivas aquelas de livre escolha do aluno, oferecidas para os cursos de graduação da UFRN. A matrícula em disciplinas eletivas deve ser feita para fins de enriquecimento cultural. Podem-se cursar como eletivas as disciplinas de graduação que não pertençam às Diretrizes Curriculares do curso que o discente está matriculado.

4 Quantitativo**5 Aplicado****6 Geral**

Ex: Disciplina Obrigatória de Economia do bloco teórico;

Disciplina optativa de Economia do bloco histórico;

Disciplina Eletiva de Economia do bloco teórico;

Disciplina Optativa de Economia do bloco teórico-Histórico;

E	C	O	-	1	1	X	X
E	C	O	-	2	2	X	X
E	C	O	-	2	3	X	X

O terceiro e o quarto dígitos numéricos identificarão as disciplinas que pertencem aos blocos conforme demonstrado acima, onde a quantidade das disciplinas poderão ir de 1 (uma) a 99 (noventa e nove) disciplinas.

Ex: Disciplina Obrigatória de Economia quanto a natureza, bloco teórico de Economia com o nome de Introdução a Macroeconomia;

E	C	O	-	1	1	0	1
---	---	---	---	---	---	---	---

Ex: Disciplina Optativa de Economia quanto a natureza, bloco Histórico de Economia com o nome de Formação Econômica do Rio Grande do Norte;

E	C	O	-	2	2	5	1
---	---	---	---	---	---	---	---

Ex: Disciplina Optativa de Economia quanto a natureza, bloco Geral de Economia com o nome de Metodologia da Ciência Econômica.

E	C	O	-	2	5	5	3
---	---	---	---	---	---	---	---

OBSERVAÇÃO: As disciplinas dos outros Departamentos obedecerão ao Projeto Pedagógico dos seus respectivos cursos.

DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS DOS OUTROS CURSOS QUANTO A NATUREZA E AO BLOCO:

Codificação das disciplinas de outros departamentos, neste caso será respeitada o modelo da codificação do departamento de origem da disciplina, exemplo:

Exemplo de Disciplinas Obrigatórias, optativas e eletivas Ofertadas por outros departamentos:

C	O	N	-	0	1	2	9
---	---	---	---	---	---	---	---

Disciplina de Contabilidade E Analise De Balanço do Departamento De Contabilidade, obrigatória na estrutura curricular.

A	D	M	-	0	5	1	0
---	---	---	---	---	---	---	---

Disciplina de Mercado Financeiro do Departamento de Administração, optativa na estrutura curricular.

D	P	U	-	0	0	2	7
---	---	---	---	---	---	---	---

Disciplina de Instituição Direito Público e Privado do Departamento de direito, obrigatória na estrutura curricular.

M	A	T	-	0	2	2	0
---	---	---	---	---	---	---	---

Disciplina de calculo diferencial e integral do departamento de matemática, obrigatória na estrutura curricular.

8.2 ESTRUTURA CURRICULAR

UFRN	CENTRO: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS
	Turno: (X)M ()T (X)N ()MT ()MN ()TN ()MTN
	Cidade: NATAL
	Modalidade: (X)Bacharelado ()Licenciatura ()Formação ()Tecnólogo
	Habilitação:
	Currículo:

Semestre de ingresso pelo Vestibular: 1º (X) Vagas: 52 2º (X) Vagas: 52
--

EXIGÊNCIAS PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

OBRIGATÓRIAS						COMPLEMENT. DISCIP./ATIVID.	CARGA HORÁRIA TOTAL
DISCIPLINAS				ATIVIDADES (CH II)			
CRÉDITOS (CR)		C. HORÁRIA (CH)					
Aula	Lab	Aula	Lab	Estágio	Outras		
168-184		2.520-2.760			240	CH (III)	(CH)(I + II + III)
Total CR (A + L):		Total CH (I): (A + L):		Total CH (II): (E + O)		0-240	3.000 (1)

(1) A soma total das horas será igual 3.000. Sendo que: a quantidade de hora de cada coluna poderá variar de acordo com as opções elegidas pelo aluno. Variando na coluna dos créditos de 168 á 184; na coluna de carga horária a variação será de 2.520 á 2.760; na coluna de atividades poderá variar de zero a 240 horas; e na coluna complementar a variação será de zero a 240 horas o que deverá totalizar 3.000 horas.

DURAÇÃO DO CURSO (EM SEMESTRES)		
MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
15	10	08

LIMITE DE CRÉDITOS POR SEMESTRE		
MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
28	20	01

ESTRUTURA CURRICULAR

1º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1102	Introdução a Microeconomia	S	04	60	-	
ECO-1101	Introdução a Macroeconomia	S	04	60	-	
MAT-0220	Cálculo Diferencial e Integral	S	04	60	-	
ECO-1011	História Econômica Geral I	S	04	60	-	
BIB - 0038	Metodologia da Pesquisa I	S	02	30	-	
ECO-1010	Introdução à Pesquisa em Economia	S	02	30	-	
	TOTAL		20	300		

2º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1105	Microeconomia I	S	04	60	ECO-1101	
ECO-1106	Macroeconomia I	S	04	60	ECO-1102	
MAT-0219	Cálculo Diferencial e Integral I	S	04	60	MAT-0220	
ECO-1207	História Econômica Geral II	S	04	60	ECO-1203	
ECO-1108	Economia Clássica	S	04	60	-	
	TOTAL		20	300		

3º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1109	Macroeconomia II	S	04	60	ECO-1105	
ECO-1110	Microeconomia II	S	04	60	ECO-1106	
ECO-1411	Economia Matemática I	S	04	60	ECO-1101	
ECO-1112	Economia Política I	S	04	60	ECO-1108	
ECO-1413	Estatística Econômica I	S	04	60	MAT-0220/ ECO-1504	
	TOTAL		20	300		

4º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1114	Macroeconomia III	S	04	60	ECO-1109	
ECO-1115	Microeconomia III	S	04	60	ECO-1110	
ECO-1116	Economia Monetária e Financeira	S	04	60	ECO-1109	
ECO-1117	Economia Política II	S	04	60	ECO-1112	
ECO-1418	Estatística Econômica II	S	04	60	ECO-1413	
	TOTAL		20	300		

5º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1519	Economia do Setor Público	S	04	60	ECO-1105	
ECO-1120	Microeconomia IV	S	04	60	ECO-1115	
CON0127	Contabilidade e Análise de Balanços	S	04	60	-	
ECO-1221	Formação Econômica do Brasil I	S	04	60	ECO-1207	
ECO-1422	Introdução à Econometria	S	04	60	MAT-0219/ ECO-1418	
	TOTAL		20	300		

6º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1123	Contabilidade Social	S	04	60	CON-0127/ ECO-1101	
ECO-1324	Economia Internacional I	S	04	60	ECO-1114	
ECO-1525	Gestão de Políticas Públicas I	S	04	60	ECO-1519	
ECO-1226	Formação Econômica do Brasil II	S	04	60	ECO-1221	
	Optativa	S	04	60	-	
	TOTAL		20	300		

7º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1327	Economia Internacional II	S	04	60	ECO-1324	
ECO-1528	Economia Empresarial I	S	04	60	CON-0127	
ECO-1229	Economia Brasileira Contemporânea I	S	04	60	ECO-1226	
DCS-0014	Introdução às Ciências Sociais	S	04	60	-	
	Optativa	S	04	60	-	
	TOTAL		20	300		

8º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1530	Métodos e Técnicas de Pesquisa I	S	04	60	ECO-1418	
ECO-1331	Desenvolvimento Econômico	S	04	60	ECO-1207/ ECO-1117/ ECO-1327/	
	Desenvolvimento Econômico Regional	S	04	60	ECO-1207/ ECO-1117/ ECO-1327/	
ECO-1332	Desenvolvimento Econômico Regional	S	04	60	ECO-1207/ ECO-1117/ ECO-1327/	
	Optativa	S	04	60	-	
	Optativa	S	04	60	-	
	TOTAL		20	300		

9º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1533	Monografia I	S		60	ECO-1530	
	Optativa	S	04	60	-	
	Optativa	S	04	60	-	
	Optativa	S	04	60	-	

	Optativa	S	04	60	-	
	TOTAL		16	300		

10º SEMESTRE						
Código	DISCIPLINA/ATIVIDADE	OBR	CR	CH	Requisito	Co/Pré
ECO-1534	Monografia II	S		180	(*)	
	Optativa	S	04	60	-	
	Optativa	S	04	60	-	
	TOTAL		08	300		

(*): Pré-requisitos: todas as disciplinas obrigatórias, exceto ECO-1331: Desenvolvimento Econômico e ECO-1332: Desenvolvimento Econômico Regional.

UFRN	Centro: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS
	Turno: (X)M ()T (X)N ()MT ()MN ()TN ()MTN
	Cidade: NATAL
	Modalidade: (X)Bacharelado ()Licenciatura ()Formação ()Tecnólogo
	Habilitação:
	Ênfase:
	Currículo:

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA					
Disciplinas do currículo proposto:			Disciplinas do currículo vigente:		
Cód.	Denominação	CR.	Cód.	Denominação	CR.
	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS ofertadas pelo DEPEC				
ECO-1101	Introdução a Macroeconomia	04	ECO-401	Contabilidade Social	04
ECO-1102	Introdução a Microeconomia	04	ECO-101	Introdução a Teoria Econômica	04
ECO-1203	História Econômica Geral I	04	ECO-1011 DEH-010	História Econômica Geral I História Econômica Geral	04
ECO-1504	Introdução à Pesquisa em Economia	02		NOVA	
ECO-1105	Macroeconomia I	04	ECO-106	Teoria Macroeconômica I	04
ECO-1106	Microeconomia I	04	ECO-102	Economia Neoclássica I	04
ECO-1207	História Econômica Geral II	04	ECO-203	Formação do Capitalismo Contemporâneo	04
ECO-1108	Economia Clássica	04	ECO-201	História do Pensamento Econômico I	04
ECO-1109	Macroeconomia II	04	ECO-107	Teoria Macroeconômica II	04
ECO-1110	Microeconomia II	04	ECO-103	Economia Neoclássica II	04
ECO-1411	Economia Matemática I	04	ECO-301	Economia Matemática I	04
ECO-1112	Economia Política I	04	ECO-104	Economia Política I	04
ECO-1413	Estatística Econômica I	04	ECO-303	Estatística Econômica I	04
ECO-1114	Macroeconomia III	04	ECO-108	Teoria Macroeconômica III	04
ECO-1115	Microeconomia III	04	ECO-109	Teoria Microeconômica I	04
ECO-1116	Economia Monetária e Financeira	04	ECO-111	Economia Monetária	04
ECO-1117	Economia Política II	04	ECO-105	Economia Política II	04
ECO-1418	Estatística Econômica II	04	ECO-304	Estatística Econômica II	04
ECO-1519	Economia do Setor Público	04	ECO-403	Economia do Setor Público	04
ECO-1120	Microeconomia IV	04	ECO-110	Teoria Microeconômica II	04
ECO-1221	Formação Econômica do Brasil I	04	ECO-205	Formação Econômica do Brasil	04
ECO-1422	Introdução à Econometria	04	ECO-305	Introdução à Econometria	04
ECO-1123	Contabilidade Social	04	ECO-404	Política e Planejamento Econômico	04
ECO-1324	Economia Internacional I	04	ECO-402	Economia Internacional	04
ECO-1525	Gestão de Políticas Públicas I	04		NOVA	
ECO-1226	Formação Econômica do Brasil II	04	ECO-206	Formação Econômica do Brasil II	04
ECO-1327	Economia Internacional II	04	ECO-412	Economia Internacional II	04
ECO-1528	Economia Empresarial I	04	ECO-409	Economia das Empresas	04
ECO-1229	Economia Brasileira Contemporânea I	04	ECO-207	Economia Brasileira Contemporânea I	04
ECO-1530	Métodos e Técnicas de Pesquisa I	04	ECO-501	Técnica de Pesquisa	04
ECO-1331	Desenvolvimento Econômico	04	ECO-204	Desenvolvimento Sócio-Econômico	04
ECO-1332	Desenvolvimento Econômico Regional	04	ECO-408	Economia regional	04
ECO-1533	TCC-Monografia I			NOVA	
ECO-1534	TCC-Monografia II			NOVA	
	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS ofertadas por outros departamentos				
BIB-0038	Introdução à Pesquisa	02		NOVA	
MAT-0220	Cálculo Diferencial e Integral	04	MAT-218	Matemática Básica	04
MAT-0219	Cálculo Diferencial e Integral I	04	MAT-219	Cálculo de funções de 1 variável	04
CON-0127	Contabilidade e Análise de Balanços	04	CON-127	Contabilidade e Análise de Balanço	04
DCS-0014	Introdução às Ciências Sociais	04	DCS-014	Introdução às Ciências Sociais	04
	DISCIPLINAS OPTATIVAS ofertadas segundo as áreas de ênfase de estudo				

	ÁREA DE ECONOMIA EMPRESARIAL				
ECO-2535	Economia Empresarial II: elaboração e análise de Projetos.	04	ECO-405	Elaboração e Análise de Projetos I	04
ECO-2536	Economia Empresarial III: Análises de custos para decisões empresariais, Orçamento e Formação de Preços.	04		NOVA	
ECO-2537	Economia Empresarial IV: Mercado financeiro	04		NOVA	
	ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA				
ECO-2538	Gestão de políticas públicas II	04		NOVA	
ECO-2539	Gestão de políticas públicas III	04		NOVA	
ECO-2540	Gestão de políticas públicas IV	04		NOVA	
	ÁREA DE TEORIA ECONÔMICA / ACADÊMICA				
ECO-2141	Teoria Econômica I – Economia Monetária e Financeira II	04		NOVA	
ECO-2142	Teoria Econômica II – Crescimento e Distribuição	04		NOVA	
ECO-2143	Teoria Econômica III – Modelos keynesianos com consistência fluxo-estoque	04		NOVA	
ECO-2144	Estado e Economia	04	ECO-209	Estado e Economia	
ECO-2145	Economia Política III	04		NOVA	
	ÁREA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E TRABALHO (DRUT)				
ECO-2546	Economia do Trabalho I	04	ECO-411	Economia do Trabalho	04
ECO-2547	Economia do Trabalho II	04		NOVA	
ECO-2548	Economia Urbana	04	ECO-413	Economia Urbana	04
ECO-2549	Economia das atividades terciárias	04		NOVA	
ECO-2250	Economia do Nordeste	04		NOVA	
ECO-2251	Formação Econômica do Rio Grande do Norte	04		NOVA	
ECO-2252	Economia Potiguar	04		NOVA	
	ÁREA DE FORMAÇÃO GERAL / DISCIPLINAS COMUNS				
CON-119	Matemática Comercial e Financeira	04	CON-119	Matemática Comercial e Financeira	04
ECO-2553	Metodologia da Ciência Econômica	04	ECO-504	Metodologia da Ciência Econômica	04
ECO-2554	Economia do Meio Ambiente	04		NOVA	
ECO-2555	Economia Agrícola I	04	ECO-406	Economia Agrícola I	04
ECO-2556	Economia da Tecnologia	04		NOVA	
ECO-2557	Economia da Energia	04		NOVA	
DPU-0027	Instituições do Direito Público e Privado	04	DPU-027	Instituição de Direito Público e Privado	04
DCS-0002	Sociologia Econômica	04		NOVA	
ECO-2458	Econometria I – Dados em painel	04	ECO-306	Econometria	04
ECO-2459	Econometria II	04		NOVA	
ECO-2460	Economia Matemática II	04	ECO-302	Economia Matemática II	04
ECO-2361	História do Pensamento Econômico I	04		NOVA	
LET- 0301	Prática de Leitura e Produção de Texto I	04		NOVA	04
LET- 0306	Prática de Leitura e Produção de Texto II	04		NOVA	04
LET - 0029	Língua Inglesa IX	04		NOVA	
FIL-0103	Lógica I	04		NOVA	04

	TÓPICOS ESPECIAIS				
ECO-2162	Tópicos especiais em Teoria Econômica I	01		NOVA	

ECO-2163	Tópicos especiais em Teoria Econômica II	02		NOVA	
ECO-2164	Tópicos especiais em Teoria Econômica III	03		NOVA	
ECO-2165	Tópicos especiais em Teoria Econômica IV	04		NOVA	
ECO-2566	Tópicos especiais em Economia Empresarial I	01		NOVA	
ECO-2567	Tópicos especiais em Economia Empresarial II	02		NOVA	
ECO-2568	Tópicos especiais em Economia Empresarial III	03		NOVA	
ECO-2569	Tópicos especiais em Economia Empresarial IV	04		NOVA	
ECO-2570	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas I	01		NOVA	
ECO-2571	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas II	02		NOVA	
ECO-2572	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas III	03		NOVA	
ECO-2573	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas IV	04		NOVA	
ECO-2374	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho I	01		NOVA	
ECO-2375	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho II	02		NOVA	
ECO-2376	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho III	03		NOVA	
ECO-2377	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho IV	04		NOVA	

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA					
Disciplinas do currículo vigente:			Disciplinas do currículo proposto:		
Cód.	Denominação	CR.	Cód.	Denominação	CR.
				DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS ofertadas pelo DEPEC	
ECO-401	Contabilidade Social	04	ECO-1101	Introdução a Macroeconomia	04
ECO-101	Introdução a Teoria Econômica	04	ECO-1102	Introdução a Microeconomia	04
ECO-1011	História Econômica Geral I	04	ECO-1203	História Econômica Geral I	04
DEH-010	História Econômica Geral				
	NOVA		ECO-1504	Introdução à Pesquisa em Economia	02
ECO-106	Teoria Macroeconômica I	04	ECO-1105	Microeconomia I	04
ECO-102	Economia Neoclássica I	04	ECO-1106	Microeconomia I	04
ECO-203	Formação do Capitalismo Contemporâneo	04	ECO-1207	História Econômica Geral II	04
ECO-201	História do Pensamento Econômico I	04	ECO-1108	Economia Clássica	04
ECO-107	Teoria Macroeconômica II	04	ECO-1109	Macroeconomia II	04
ECO-103	Economia Neoclássica II	04	ECO-1110	Microeconomia II	04
ECO-301	Economia Matemática I	04	ECO-1411	Economia Matemática I	04
ECO-104	Economia Política I	04	ECO-1112	Economia Política I	04
ECO-303	Estatística Econômica I	04	ECO-1413	Estatística Econômica I	04
ECO-108	Teoria Macroeconômica III	04	ECO-1114	Macroeconomia III	04
ECO-109	Teoria Microeconômica I	04	ECO-1115	Microeconomia III	04
ECO-111	Economia Monetária	04	ECO-1116	Economia Monetária e Financeira	04
ECO-105	Economia Política II	04	ECO-1117	Economia Política II	04
ECO-304	Estatística Econômica II	04	ECO-1418	Estatística Econômica II	04
ECO-403	Economia do Setor Público	04	ECO-1519	Economia do Setor Público	04
ECO-110	Teoria Microeconômica II	04	ECO-1120	Microeconomia IV	04

ECO-205	Formação Econômica do Brasil	04	ECO-1221	Formação Econômica do Brasil I	04
ECO-305	Introdução à Econometria	04	ECO-1422	Introdução à Econometria	04
ECO-404	Política e Planejamento Econômico	04	ECO-1123	Contabilidade Social	04
ECO-402	Economia Internacional	04	ECO-1324	Economia Internacional I	04
	NOVA		ECO-1525	Gestão de Políticas Públicas I	04
ECO-206	Formação Econômica do Brasil II	04	ECO-1226	Formação Econômica do Brasil II	04
ECO-412	Economia Internacional II	04	ECO-1327	Economia Internacional II	04
ECO-409	Economia das Empresas	04	ECO-1528	Economia Empresarial I	04
ECO-207	Economia Brasileira Contemporânea I	04	ECO-1229	Economia Brasileira Contemporânea I	04
ECO-501	Técnica de Pesquisa	04	ECO-1530	Métodos e Técnicas de Pesquisa I	04
ECO-204	Desenvolvimento Sócio-Econômico	04	ECO-1331	Desenvolvimento Econômico	04
ECO-408	Economia regional	04	ECO-1332	Desenvolvimento Econômico Regional	04
	NOVA		ECO-1533	TCC-Monografia I	
	NOVA		ECO-1534	TCC-Monografia II	
				DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS ofertadas por outros departamentos	
	NOVA		BIB-0038	Introdução à Pesquisa	02
MAT-218	Matemática Básica	04	MAT-0220	Cálculo Diferencial e Integral	04
MAT-219	Cálculo de funções de 1 variável	04	MAT-0219	Cálculo Diferencial e Integral I	04
CON-127	Contabilidade e Análise de Balanço	04	CON-0127	Contabilidade e Análise de Balanços	04
DCS-014	Introdução às Ciências Sociais	04	DCS-0014	Introdução às Ciências Sociais	04
				DISCIPLINAS OPTATIVAS ofertadas segundo as áreas de ênfase de estudo	
				ÁREA DE ECONOMIA EMPRESARIAL	
ECO-405	Elaboração e Análise de Projetos I	04	ECO-2535	Economia Empresarial II: elaboração e análise de Projetos.	04
	NOVA		ECO-2536	Economia Empresarial III: Análises de custos para decisões empresariais, Orçamento e Formação de Preços.	04
	NOVA		ECO-2537	Economia Empresarial IV: Mercado financeiro	04
				ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA	
	NOVA		ECO-2538	Gestão de políticas públicas II	04
	NOVA		ECO-2539	Gestão de políticas públicas III	04
	NOVA		ECO-2540	Gestão de políticas públicas IV	04
				ÁREA DE TEORIA ECONÔMICA / ACADÊMICA	
	NOVA		ECO-2141	Teoria Econômica I – Economia Monetária e Financeira II	04
	NOVA		ECO-2142	Teoria Econômica II – Crescimento e Distribuição	04
	NOVA		ECO-2143	Teoria Econômica III – Modelos keynesianos com consistência fluxo-estoque	04
ECO-209	Estado e Economia		ECO-2144	Estado e Economia	04
	NOVA		ECO-2145	Economia Política III	04
				ÁREA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, URBANO E TRABALHO (DRUT)	
ECO-411	Economia do Trabalho	04	ECO-2546	Economia do Trabalho I	04
	NOVA		ECO-2547	Economia do Trabalho II	04
ECO-413	Economia Urbana	04	ECO-2548	Economia Urbana	04
	NOVA		ECO-2549	Economia das atividades terciárias	04
	NOVA		ECO-2250	Economia do Nordeste	04
	NOVA		ECO-2251	Formação Econômica do Rio Grande do Norte	04
	NOVA		ECO-2252	Economia Potiguar	04

				ÁREA DE FORMAÇÃO GERAL / DISCIPLINAS COMUNS	
CON-119	Matemática Comercial e Financeira	04	CON-119	Matemática Comercial e Financeira	04
ECO-504	Metodologia da Ciência Econômica	04	ECO-2553	Metodologia da Ciência Econômica	04
	NOVA		ECO-2554	Economia do Meio Ambiente	04
ECO-406	Economia Agrícola I	04	ECO-2555	Economia Agrícola I	04
	NOVA		ECO-2556	Economia da Tecnologia	04
	NOVA		ECO-2557	Economia da Energia	04
DPU-027	Instituição de Direito Público e Privado	04	DPU-0027	Instituições do Direito Público e Privado	04
	NOVA		DCS-0002	Sociologia Econômica	04
ECO-306	Econometria	04	ECO-2458	Econometria I – Dados em painel	04
	NOVA		ECO-2459	Econometria II	04
ECO-302	Economia Matemática II	04	ECO-2460	Economia Matemática II	04
	NOVA		ECO-2361	História do Pensamento Econômico I	04
	NOVA	04	LET- 0301	Prática de Leitura e Produção de Texto I	04
	NOVA	04	LET- 0306	Prática de Leitura e Produção de Texto II	04
	NOVA		LET - 0029	Língua Inglesa IX	04
	NOVA	04	FIL-0103	Lógica I	04

	TÓPICOS ESPECIAIS				
	NOVA		ECO-2162	Tópicos especiais em Teoria Econômica I	01
	NOVA		ECO-2163	Tópicos especiais em Teoria Econômica II	02
	NOVA		ECO-2164	Tópicos especiais em Teoria Econômica III	03
	NOVA		ECO-2165	Tópicos especiais em Teoria Econômica IV	04
	NOVA		ECO-2566	Tópicos especiais em Economia Empresarial I	01
	NOVA		ECO-2567	Tópicos especiais em Economia Empresarial II	02
	NOVA		ECO-2568	Tópicos especiais em Economia Empresarial III	03
	NOVA		ECO-2569	Tópicos especiais em Economia Empresarial IV	04
	NOVA		ECO-2570	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas I	01
	NOVA		ECO-2571	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas II	02
	NOVA		ECO-2572	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas III	03
	NOVA		ECO-2573	Tópicos especiais em Gestão de Políticas Públicas IV	04
	NOVA		ECO-2374	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho I	01
	NOVA		ECO-2375	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho II	02
	NOVA		ECO-2376	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho III	03
	NOVA		ECO-2377	Tópicos especiais em Desenvolvimento Regional, Urbano e Trabalho IV	04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (1º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1101	Introdução à Macroeconomia	04	04			60	60		

EMENTA									
Introdução: escopo e método da macroeconomia; Noções básicas sobre os agregados macroeconômicos: conceito de moeda e agregados monetários, noções de contabilidade social; conceitos e medidas de inflação e de emprego; o setor governamental, déficit do governo e política fiscal; política monetária, taxas de juros; Conceitos estruturantes da macroeconomia: Lei de Say e princípio da Demanda Efetiva.									

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (1º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1102	Introdução à Microeconomia	04	04			60	60		

EMENTA
Noções básicas sobre estudos microeconômicos: origem e formação. Introdução: escopo e métodos da microeconomia. Noções introdutórias sobre oferta e demanda. Teoria do consumidor: comportamento do consumidor; a restrição orçamentária; preferência do consumidor e utilidade; escolha; demanda individual e de mercado; estática comparativa do consumidor; preferência revelada; efeitos-renda e efeito-substituição: equação de Slutsky e Hicks; escolha intertemporal; escolha sobre incerteza. Noções sobre a teoria da produção: restrição tecnológica; curvas de isoquanta; maximização dos lucros. Noções sobre a Teoria da firma: curvas de custos; curto e longo prazo; oferta da empresa: curto e longo prazo; oferta da indústria. Equilíbrio de mercado e excedente do consumidor.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
	Departamento: MATEMÁTICA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (1º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
MAT-0220	Cálculo Diferencial e Integral	04	04			60	60		

EMENTA
Números reais. Funções. Seqüências de números reais: limites; teoremas principais. O conceito de limite para funções: principais teoremas. Continuidade. Derivada. Cálculo de derivadas. Regra da cadeia. Derivadas de ordem superior. Derivada total. Aplicações de derivadas: máximos e mínimos (otimização). Funções de duas ou mais variáveis. Integrais indefinidas.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (1º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1203	História Econômica Geral I	04	04			60	60		

EMENTA									
A economia na Antiguidade. A transição à economia da Idade Média. O Modo de Produção Feudal : conceitos e características. A economia mercantil e a ascensão do Capitalismo Comercial : definições, características e estrutura. A Revolução Industrial e a ruptura com a forma mercantil de reprodução do capital. Os marcos iniciais do Capitalismo moderno. A Segunda Revolução Industrial. As industrializações atrasadas.									

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: BIBLIOTECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (1º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
BIB-0038	METODOLOGIA DA PESQUISA I	02	02			30	30		

EMENTA
Aperfeiçoamento da leitura. Como resumir. Prática da documentação pessoal. Trabalhos científicos: recensão e abstract; projeto de pesquisa; relatório e informe científico. Trabalho de pesquisa: escolha do assunto; elaboração; conversão de tema em um problema pesquisa ou hipótese de trabalho. Referências bibliográficas. Citações e notas de rodapé.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (1º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1504	Introdução à Pesquisa em Economia	02	02			30	30		

EMENTA
Utilização de planilhas eletrônicas e softwares estatísticos. Coleta de informações: levantamento bibliográfico, coleta de dados estatísticos. Uso das informações estatísticas: revisão crítica dos dados brutos, seleção e tabulação dos dados. Tratamento estatístico dos dados: Medidas de posição; medidas de dispersão; números-índices e sua utilização. Taxas de variação e taxas de crescimento. Gráficos e tabelas.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (2º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1105	Macroeconomia I	04	04			60	60		

EMENTA
Princípio da Demanda Efetiva em Keynes e Kalecki; a economia monetária de produção em Keynes; elementos de macroeconomia kaleckiana.

Natal, de de

Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (2º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1106	Microeconomia I	04	04			60	60		

EMENTA
Teoria da produção: funções de produção; minimização de custos; maximização de lucros. Curvas de Custo: funções de custos; oferta da firma: curto e longo prazo. Equilíbrio geral competitivo: equilíbrio de trocas; equilíbrio de produção; propriedades do equilíbrio geral. Bem-estar, externalidades e oferta de bens públicos: bem-estar e eficiência alocativa; o teorema de Coase. Estruturas de mercado: concorrência perfeita; monopólio e comportamento monopolista; mercado de fatores; oligopólio. Teoria dos jogos e interação entre agentes econômicos: formas normal e extensiva; jogos estáticos de informação completa; jogos dinâmicos de informação completa. Problemas de informação: o paradigma principal-agente; seleção adversa; prejuízo moral. Extensões da teoria da escolha: incerteza; escolha envolvendo risco; mercado de ativos.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
	Departamento: MATEMÁTICA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (2º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
MAT- 0219	Cálculo Diferencial e Integral I	04	04			60	60		

EMENTA
Integral definida: teorema fundamental do cálculo; integral imprópria. Técnicas de integração: integração por partes; substituição simples e frações parciais. Equações diferenciais ordinárias. Sistemas de equações lineares. Matrizes.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (2º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1207	História Econômica Geral II	04	04			60	60		

EMENTA
A crise de hegemonia inglesa e do padrão-ouro. O capitalismo monopolista. A economia mundial capitalista. Estado e Capitalismo Monopolista. A expansão do Pós-Segunda Guerra. As industrializações tardias. A crise dos anos setenta. A retomada da hegemonia estadunidense. A economia mundial no alvorecer do novo milênio: o movimento recente.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (2º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1108	Economia Clássica	04	04			60	60		

EMENTA
A Fisiocracia: definições. A abordagem fisiocrática do processo de produção e circulação. A sistematização do pensamento econômico: Adam Smith. Elementos fundamentais do pensamento de Adam Smith. Thomas Malthus e as problemáticas da população e da demanda efetiva. A Lei de Say. David Ricardo e a industrialização capitalista.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (3º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1109	Macroeconomia II	04	04			60	60		

EMENTA
Modelo “keynesiano” simples, modelo IS-LM; o modelo de oferta e demanda agregada no curto prazo; determinação do equilíbrio do produto de longo prazo: equilíbrio no mercado do trabalho; oferta e demanda agregada no longo prazo; curva de Phillips; microfundamentos.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (3º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1110	Microeconomia II	04	04			60	60		

EMENTA
Concorrência perfeita e sua crítica. Concorrência imperfeita e sua crítica. Preços e margem de lucro em condições de oligopólio: grau de monopólio e modelos de “<i>mark-up</i>”; modelos do preço-limite, custos de produção. Mercados contestáveis. Estruturas de mercado em oligopólio e padrões de concorrência: o modelo estrutura-conduta-desempenho, concentração dos mercados, barreiras a entrada e a conformação das estruturas de mercado, o processo de acumulação interna. Tipologia das estruturas de mercado e as características técnico-industriais da indústria e do padrão de competição entre as firmas: os lucros e o investimento, economias de escala, diferenciação de produto e diversificação, determinantes estocásticos das estruturas de mercado. Teoria da firma: conceituação, organização, potencial de crescimento e a decisão de investir. O enfoque institucionalista. Trajetórias de expansão da firma (processo de diversificação, integração e conglomeração).

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (3º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1411	Economia Matemática I	04	04			60	60		

EMENTA
Análise estática. Estática comparativa. Otimização. Dinâmica.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (3º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1112	Economia Política I	04	04			60	60		

EMENTA
O processo de produção capitalista: Valor, dinheiro e Capital. O processo de Trabalho e o Processo de Valorização. Desenvolvimento das Forças Produtivas. Acumulação e Reprodução capitalista.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (3º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1413	Estatística Econômica I	04	04			60	60		

EMENTA
Estatística descritiva: medidas de tendência central; medidas de dispersão; medidas de associação. Números-índices. Introdução à probabilidade. Espaços amostrais discretos. Probabilidades condicionais. O teorema de Bayes. Variáveis aleatórias unidimensionais discretas e contínuas e variáveis aleatórias discretas. Modelos de probabilidades para variáveis aleatórias discretas e contínuas.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (4º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1114	Macroeconomia III	04	04			60	60		

EMENTA
Conceitos básicos em economias abertas: noções sobre taxas de câmbio e regimes cambiais; determinação do produto em economia aberta: modelo “keynesiano” simples, IS-LM-BP, oferta e demanda agregada; modelos ortodoxos e heterodoxos de crescimento. Inflação: visão ortodoxas e heterodoxas.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (4º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1115	Microeconomia III	04	04			60	60		

EMENTA
Firmas e mercados em um contexto dinâmico: progresso técnico e concorrência; dinâmica das estruturas industriais; Inovação e concorrência schumpeterina e neo-schumpeteriana: geração e difusão de inovações, trajetórias, processo de seleção. Concorrência em mercados oligopolísticos. Estratégias de crescimento da firma: estratégias de inovação, propaganda e marketing, financiamento. Economia da diversificação. Atuação internacional. Intervenção governamental: Defesa da concorrência e Política industrial.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (4º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1116	Economia Monetária e Financeira	04	04			60	60		

EMENTA
Conceito de moeda; padrões monetários (moeda mercadoria e sistemas fiduciários); origens e evolução do sistema monetário: banco central e bancos comerciais; Política monetária (objetivos, instrumentos e mecanismos de transmissão); determinação das taxas de juros; Demanda e oferta de moeda nas teorias neoclássica e keynesiana; metas de inflação, inovação financeira e política monetária.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (4º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1117	Economia Política II	04	04			60	60		

EMENTA
O processo de circulação do Capital: capital comercial, bancário e usurário. Dinheiro, crédito e capital financeiro. Processo global de produção capitalista: concorrência e formação dos preços de produção. Lei de Tendência à queda da taxa de lucro. Formas contemporâneas do Capital.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (4º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1418	Estatística Econômica II	04	04			60	60		

EMENTA
Amostragem e Distribuições Amostrais. Estatísticas amostrais. Distribuições da média, proporção e da variância. Intervalos de confiança. Estimadores e estimativas. Propriedades. Testes de hipóteses. Função poder. Testes para a média com variância conhecida e variância desconhecida (t-Student). Testes para a variância. Comparação de duas populações normais independentes (F-Fisher). Correlação e introdução à análise de regressão.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (5º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1519	Economia do Setor Público	04	04			60	60		

EMENTA
Função do Estado na economia capitalista. O setor público no Brasil. Estrutura: administração direta e indireta, empresas públicas e estatais. Financiamento do setor público no Brasil. Orçamento e finanças públicas.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (5º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1120	Microeconomia IV	04	04			60	60		

EMENTA
Estruturas empresariais contemporâneas: concorrência e cooperação interindustrial, custos de transação; organização das corporações; diversificação, competências e coerência produtiva; economias de redes e cadeias produtivas; empresa transnacional; estruturas hierárquicas e configurações flexíveis; propriedade e controle; formas; conglomerados e grupos econômicos. Empresa e os modelos organizacionais. Regulação econômica. Política ambiental. Formas e estratégias de organização no mercado mundial. Economia da inovação industrial. Indústria e Sistemas de inovação. Estrutura industrial brasileira.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: CONTABILIDADE
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (5º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
CON-0127	Contabilidade e Análise de Balanços	04	04			60	60		

EMENTA
Estrutura básica da contabilidade: objetivos, usuários, aplicações. Origens e funcionamento das contas: função, classificação, plano de contas; métodos das partidas dobradas. Escrituração contábil. Patrimônio: conceito, investimento, obrigações, fontes de financiamento. Encerramento de exercício: balancete de verificação, provisão, depreciação, amortização e exaustão; inventário e avaliação de estoques; apuração e distribuição de resultado; balanço patrimonial; demonstração de resultado.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (5º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1221	Formação Econômica do Brasil I	04	04			60	60		

EMENTA									
A formação da estrutura da economia colonial: características, especificidades. A crise da economia colonial. Transição para o trabalho assalariado. Expansão cafeeira capitalista e o início da industrialização. Industrialização brasileira (1880-1929).									

Natal, de de

Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (5º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1422	Introdução à Econometria	04	04			60	60		

EMENTA									
Análise de regressão linear simples e múltipla: teste de hipóteses e estimação por intervalo. Testes de especificação: heteroscedasticidade, multicolinearidade, autocorrelação. Formas funcionais. Variáveis categóricas. Introdução a séries temporais.									

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (6º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1123	Contabilidade Social	04	04			60	60		

EMENTA
Histórico da Contabilidade Social. As contas do balanço de pagamentos (revisão): relações com os indicadores da Contabilidade Social. Identidades macroeconômicas fundamentais. O Sistema de Contas Nacionais do Brasil (IBGE). Sistema de relações intersetoriais: hipóteses básicas e descrição do modelo teórico. Análise das matrizes brasileiras. Sistemas integrados de Contabilidade Social: limitações das contas nacionais; princípios de valoração social; Indicadores conjunturais da atividade econômica: PIB trimestral; pesquisas industriais, agrícolas, de comércio, de emprego e de renda pessoal. Matriz de insumo-produto.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (6º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1324	Economia Internacional I	04	04			60	60		

EMENTA									
Introdução. Teorias do comércio internacional: vantagens absolutas e comparativas; mercantilismo e nacionalismo. Modelo de Heckscher-Ohlin e as “novas teorias do comércio internacional”. Protecionismo e políticas comerciais. Comércio e desenvolvimento.									

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (6º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1525	Gestão de Políticas Públicas I	04	04			60	60		

EMENTA
Conceito, objeto e campo de estudo da gestão das políticas públicas. Identificação dos problemas e construção da agenda de políticas públicas. Formulação, legitimação, implementação, análise e avaliação de políticas públicas. O jogo da política pública: interação estratégica dos agentes públicos e privados. Descentralização fiscal e <i>governança</i> local. Gestão de políticas públicas setoriais: saúde, educação, meio ambiente, agricultura e desenvolvimento rural.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (6º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1226	Formação Econômica do Brasil II	04	04			60	60		

EMENTA
Mudança no padrão de acumulação (1929-45). Comportamento da economia no pós-guerra (1945-55). O novo padrão de acumulação (1956-61). Crise e reajustamento (1962-67). Da recomposição ao “Milagre Brasileiro”. Crise econômica pós 74.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (7º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1327	Economia Internacional II	04	04			60	60		

EMENTA									
Fluxos de capitais e reservas internacionais. Teorias do investimento internacional. Blocos econômicos. Globalização financeira e globalização produtiva. O sistema monetário internacional: do padrão-ouro a Bretton Woods. O padrão dólar flexível. Evolução recente do sistema monetário internacional.									

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (7º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1528	Economia Empresarial I	04	04			60	60		

EMENTA
Introdução à Economia Empresarial: Estrutura e organização das empresas. Modelo de diagnóstico empresarial. Introdução à Análise Financeira de Balanços: Análise de balanço através dos principais índices. Prazos médios. Análise vertical e horizontal. Análise giro x margem. Introdução à contabilidade de custos e à formação de preços. Introdução à Matemática Financeira: Juro e desconto simples e composto. Valor Presente Líquido. Taxa Interna de Retorno. Introdução à elaboração de projeto de viabilidade econômica: tipos e seleção de projetos; partes constitutivas de um projeto; elaboração de projetos.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (7º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1229	Economia Brasileira Contemporânea I	04	04			60	60		

EMENTA
O Brasil na década de 80: crise externa, políticas econômicas de ajuste e planos de estabilização. A economia brasileira nos anos 90: abertura, redefinição do papel do Estado e políticas de estabilização. A economia brasileira no alvorecer do novo milênio: o movimento recente.

Natal, de de

Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
	Departamento: CIÊNCIAS SOCIAIS
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (7º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
DCS-0014	Introdução às Ciências Sociais	04	04			60	60		

EMENTA
O surgimento do Estado moderno e da Ciência Política moderna: Maquiavel. As teorias contratualistas e a questão da legitimidade: Hobbes, Locke e Rousseau. A emergência da sociedade moderna e as principais correntes do pensamento sociológico: Durkheim, Marx e Weber.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (8º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1530	Métodos e Técnicas de Pesquisa I	04	04			60	60		

EMENTA
O significado de investigação científica nas ciências sociais: relação entre pesquisa e teoria. A aplicação da pesquisa em economia. A formulação de um projeto de pesquisa. Problemas gerais de mensuração. Análise e interpretação. O relatório de pesquisa.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (8º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1331	Desenvolvimento Econômico	04	04			60	60		

EMENTA
Conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico. Desenvolvimento econômico no mercantilismo e na economia política clássica. O marxismo e o desenvolvimento capitalista. As visões neoclássica, schumpeteriana, institucionalista e keynesiana. O desenvolvimentismo do Pós-Segunda Guerra e a CEPAL: convergência e divergência na economia mundial. Teorias da Dependência. Experiências nacionais de desenvolvimento comparadas. Questões contemporâneas sobre o desenvolvimento.

Natal, de de

 Chefe do Departamento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (8º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1332	Desenvolvimento Econômico Regional	04	04			60	60		

EMENTA
O surgimento da teoria econômica regional. Teorias da Localização. A configuração do espaço e conceituação de região. Desenvolvimento desigual e combinado. Desigualdades regionais e teorias do desenvolvimento regional e local. O espaço na concepção cepalina. Desenvolvimento espacial desequilibrado: Furtado; Hirschman; Myrdal e Perroux. Desenvolvimento regional e globalização. Experiências regionais de desenvolvimento comparadas. Introdução à questão regional no Brasil.

Natal, de de

Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA (ATIVIDADE)									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (9º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1533	Trabalho de Conclusão de Curso-Monografia I					60			

EMENTA

Natal, de de

 Chefe do Departamento

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CADASTRO DE DISCIPLINAS

UFRN	Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
	Departamento: ECONOMIA
	Curso: CIÊNCIAS ECONÔMICAS (M) (N)

DISCIPLINA (ATIVIDADE)									
OBR (X) COMPL ()									
SEMESTRE: (10º)									
Código	Denominação	Créditos				Carga Horária			
		Tot.	Aul.	Lab.	Est.	Tot.	Aul.	Lab.	Est.
ECO-1534	Trabalho de Conclusão de Curso -Monografia II					180			

EMENTA

Natal, de de

 Chefe do Departamento

9. METODOLOGIA

O Projeto Pedagógico (PP) parte da concepção de que a tarefa primordial das ciências sociais teóricas, nesse caso se inclui a Ciência Econômica, é identificar as repercussões sociais das ações dos agentes sociais, porém sem colocar em segundo plano as consequências das ações individuais. No caso específico do PP do Curso, a busca deve centrar-se no entendimento das relações de causa e efeito que, em última instância, são a base do processo de construção do conhecimento da Economia.

Dessa forma, a investigação da intenção do agente social desemboca no objetivo por ele perseguido, ou seja, a Ciência Econômica move-se pela razão subjetiva, que se remete ao campo das decisões econômicas e pela razão objetiva, alcançada a partir da compreensão dos fatos e fenômenos econômicos, e busca chegar à razão absoluta que se dá no momento em que o agente social passa a refletir sobre o seu próprio papel social na história.

A construção do núcleo teórico-prático do Curso deve, por conseguinte, assumir uma feição heterodoxa como sendo o princípio norteador das propostas a serem colocadas, com o intuito de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem no Curso, produzindo um conhecimento de qualidade através da ligação, mas não unificação, das diversas correntes do pensamento econômico, considerando-as elementos dinamizadores e não “modeladores” do processo de disseminação da informação, do conhecimento e do saber.

O PP deve solidificar a idéia de que um Curso pautado na heterodoxia e no pluralismo metodológico necessita da complementaridade das distintas esferas do conhecimento em Economia:

- (a) A Economia Abstrata, onde o conhecimento em economia recebe contribuições de várias áreas do saber;
- (b) A Arte da Economia, que se revela na experiência direta, na ação dentro das especificidades do ambiente, o que faz ressaltar a necessidade de conhecimento do processo em si;

O Projeto Pedagógico do Curso se propõe a formar o cidadão e o profissional em economia, tendo em vista que o processo de conhecimento e informação ocorre articuladamente, norteando-se pelos seguintes princípios: Interdisciplinaridade,

Flexibilização, Articulação entre Teoria e a Prática e Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

9.1. Princípios norteadores do Projeto Político-Pedagógico

9.1.1. *Interdisciplinaridade*

O PP do Curso de Ciências Econômicas concebe a interdisciplinaridade como a própria essência da estrutura curricular do Curso, na medida em que a organização dos “blocos de conhecimento” se dá a partir da percepção de que é necessário interagir com as diferentes correntes do pensamento econômico, a fim de que o aluno perceba as aproximações ou as divergências existentes entre essas correntes, a razão dessas divergências e suas conseqüências para o processo de aplicação de conhecimentos na realidade objetiva e concreta.

A estrutura curricular do Curso está articulada entre o **conhecer**, visto como o momento em que os postulados teóricos são apresentados, e o **aplicar**, entendido como o momento em que as teorias expostas são reveladas nas análises dos diversos temas propostos ao longo do Curso, e como tais análises interferem nas proposições acerca da economia internacional, das relações de trabalho, da produção, das políticas econômicas e do desenvolvimento nacional, regional e local.

A interdisciplinaridade está presente entre os blocos de conhecimento e entre as disciplinas integrantes destes blocos. A título de exemplo percebe-se a inter-relação existente entre o bloco de conhecimento das disciplinas aplicadas e o bloco das disciplinas de conteúdo histórico. Nesse caso, a inter-relação se dá a partir do suporte histórico para o entendimento do desenvolvimento do processo de formação das economias e como as estruturas atuais foram determinadas por esse processo. Um outro exemplo é a inter-relação existente dentro do bloco das aplicadas, na medida em que elas são expressões da aplicabilidade da teoria dentro das diversas áreas do conhecimento econômico e são complementares umas às outras. Assim sendo, as áreas de agrícola, setor público, regional, etc. estão inexoravelmente ligadas às disciplinas de conteúdo teórico. Além disso, o PP exige dos docentes uma permanente interação, considerando que nenhuma disciplina tem caráter de terminalidade. A complementaridade e articulação dos diferentes saberes estão em função dos objetivos do processo formativo e do perfil desejado para o egresso do Curso de Ciências Econômicas.

9.1.2. Flexibilização

O Projeto Pedagógico adota o princípio da flexibilidade em decorrência da necessidade de dinamizar o Curso e de dotá-lo de uma estrutura que permita o desenvolvimento cognitivo e epistemológico do aluno, proporcionando-lhe os elementos fundamentais à sua inserção num mercado de trabalho cada vez mais exigente.

O PP adota a concepção de que não se pode construir um Curso totalmente “adaptável” e “moldável” às necessidades do mercado, em que a idéia de **competência** e **habilidade** implica a capacidade de se adequar às suas formas de organização. Logo, o PP busca estar sintonizado com a dinamicidade das relações sociais que caracterizam o sistema capitalista e seus reflexos nas economias local, regional, nacional e mundial, o que significa articular os conteúdos programáticos à realidade, preservando a base científica das ciências econômicas.

A heterodoxia que permeia o Curso de Ciências Econômicas é uma condição fundamental para que o profissional formado na graduação seja capaz de desenvolver um conjunto de habilidades que lhe permita desenvolver um nível de conhecimento (ação-reflexão-ação) adequado à dinamicidade da sociedade contemporânea.

Dessa forma, o entendimento sobre a flexibilização deve nortear o Curso no desenvolvimento de procedimentos que auxiliem o aluno a construir sua capacidade cognitiva. Essa construção não pode ser feita nos marcos da tradição conservadora da concepção de Estrutura Curricular, que enrijece o processo de ensino-aprendizagem por conceber as disciplinas como elementos isolados.

O PP deve ser o instrumento de flexibilização dessa concepção tradicional e conservadora de ver o processo de formação do aluno. Portanto, constitui-se imperativo que o Curso funcione efetivamente como um todo e não como um conjunto de disciplinas isoladas e isso só pode ser realizado com a implementação de um conjunto de ações que introduza nos professores a percepção de que é o conjunto de disciplinas inter-relacionadas e articuladas entre si que forma o Curso de Ciências Econômicas.

9.1.3. Articulação entre Teoria e a Prática

O Curso de Ciências Econômicas deve possibilitar ao aluno a capacidade de entender o processo de articulação existente entre cada disciplina ministrada e a realidade

que o cerca, pois a relação entre teoria e prática, longe de ser dicotômica, é integradora do processo de elaboração do conhecimento.

Dessa forma, no processo de planejamento pedagógico semestral, a distribuição das disciplinas e a construção dos seus conteúdos programáticos devem estar sintonizados com o avanço da literatura, do conhecimento e das tecnologias da informação. Logo, é importante propiciar ao aluno um acompanhamento do seu ritmo de aprendizado, de modo que ele seja estimulado a participar do processo de criação e de elevação do seu próprio conhecimento científico.

O Curso de Ciências Econômicas deve construir um ambiente acadêmico que permita ao aluno extrair da prática, fontes para repensar o conhecimento assim como buscar na teoria as bases para a sua orientação. Essa construção deve ser concebida como um processo que tem como norte o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde consta que a Educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

9.1.4. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

No processo de formação do aluno é indispensável a inter-relação do Curso com a Pós-Graduação, com as atividades de extensão e pesquisa e com várias outras atividades que permitam o desenvolvimento de uma dinâmica acadêmica, onde o Curso de Ciências Econômicas e o Programa de Pós-Graduação em Economia estejam permanentemente integrados no processo de formação. A construção desse processo integrador deverá ser feito a partir de proposta oriunda do Colegiado de Curso e do Programa de Pós-Graduação, que atuarão de forma integrada, contemplando a participação dos alunos nas atividades acadêmicas em geral e deverá ser acompanhado por uma comissão mista, composta por docentes e discentes, com o propósito de acompanhar e sugerir o aperfeiçoamento do processo. A Empresa-Júnior de Economia (Econsul), criada em 08.08.1995, e que durante a maior parte da sua existência permaneceu sem função no Curso, está passando por um processo de reestruturação e, embora se trate de uma instituição autônoma, deverá ter as suas atividades desenvolvidas de modo a reforçar a formação dos alunos, sobretudo dos que optarem pela área de ênfase de estudos em Economia Empresarial.

10. AVALIAÇÃO

A implantação do Projeto Pedagógico requererá o desenvolvimento de um processo de avaliação, do próprio PP, bem como do processo de ensino-aprendizagem. A dinâmica curricular exigirá do Colegiado de Curso um acompanhamento constante, cujo objetivo central é o de promover uma formação de qualidade.

10.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do PP exigirá o acompanhamento sistemático, realizado de forma continuada, por uma comissão a ser designada pelo Colegiado de Curso. Os trabalhos dessa comissão, além de serem publicados, terão a participação de um representante discente.

O processo de avaliação deverá ser construído por professores, alunos e funcionários do Curso e do Departamento de Economia (DEPEC), com o propósito de avaliar o desempenho do PP e o seu progresso, bem como o de propor os ajustes necessários e o planejamento das ações que possibilitem o aperfeiçoamento do PP e, por conseguinte, do Curso de Ciências Econômicas. Nas atividades de avaliação do PP será facultada a presença de profissionais vinculados às instituições representativas dos economistas.

No processo de avaliação serão utilizados os seguintes instrumentos:

(a) No início de cada período letivo, os conteúdos programáticos, que incluem a metodologia e os processos de avaliação a serem utilizados pelos professores de cada disciplina, serão publicados nos meios de comunicação em uso na UFRN, em conformidade com a legislação em vigor na instituição;

(b) A Coordenação promoverá reuniões periódicas com os alunos, ao final de cada período letivo, para avaliar os procedimentos pedagógicos utilizados ao longo do semestre. Pode, a critério do Colegiado de Curso, utilizar questionários como instrumentos de avaliação;

10.2. Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem supõe uma reflexão permanente acerca do referido processo, no qual o aluno é considerado na condição de sujeito. O PP do Curso concebe este tipo de avaliação como fundamental para a identificação das possibilidades e fragilidades existentes no Curso, com o intuito de auxiliar os professores no planejamento pedagógico.

Em consonância com as necessidades teórico-metodológicos do Curso, a avaliação deve proporcionar aos alunos a reflexão dos conhecimentos estudados. Os instrumentos a serem utilizados nesse processo são diversos e a preocupação deve concentrar-se no processo de desenvolvimento de competências, com a compreensão, apropriação e construção do conhecimento.

Caberá ao Colegiado de Curso construir esse processo de avaliação, considerando as características do Curso e a experiência do aluno. Para o corpo docente trata-se de um

instrumento que lhe permitirá refletir sobre sua metodologia de ensino e sua prática pedagógica.

11. SUPORTE PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

É inquestionável o esforço de qualificação do corpo docente empreendido pelo Departamento de Economia nos últimos anos, por isso conta atualmente com aproximadamente 60% de doutores no seu quadro de professores. Porém, com a implantação do Projeto Pedagógico será necessária uma política de **ampliação do quadro docente** por meio de novas **contratações**, haja vista a ampliação de elenco de disciplinas teóricas obrigatórias e disciplinas optativas, bem como a pretendida internalização no Departamento de Economia de algumas disciplinas anteriormente ofertadas por outros departamentos da UFRN. Também será necessária a contratação de alguns funcionários, para suporte às atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso.

A infra-estrutura física e de materiais do Departamento de Economia da UFRN ainda é bastante precária. Essa deficiência estrutural tem se constituído em grande empecilho ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para que essas atividades sejam desenvolvidas com maior grau de eficiência e eficácia faz-se necessário uma urgente ampliação da atual infra-estrutura existente somada à incorporação de novas instalações, tais como: salas de aula, de grupos de pesquisa, da Empresa Júnior, de professores, de reuniões e de alunos bolsistas; acervo da biblioteca central; acesso dos alunos da graduação ao sistema de bibliotecas setoriais; equipamentos de multimídia em salas de aula; laboratório com equipamentos de informática para utilização nas disciplinas da área quantitativa.

As ações de **capacitação** pedagógica dos professores serão priorizadas para que o corpo docente esteja permanentemente atualizado e apto à implementação do novo currículo.

Será implantada a **orientação acadêmica** para facilitar a vida acadêmica dos alunos e melhorar os indicadores escolares do curso. A normatização de tal atividade ficará sob responsabilidade do Colegiado de Curso, o qual, após à aprovação do texto, deverá encaminhá-lo ao Departamento para as devidas providências.

Em suma, os aspectos listados a seguir, constituem-se suporte fundamental à implantação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas:

- Ampliação do quadro docente em 05 (cinco) docentes efetivos, além da contratação de professores substitutos para suporte na fase inicial de convivência das duas estruturas curriculares;
- Contratação de 01 (hum) técnico-administrativo na função de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE);
- 03 (três) salas para viabilizar os trabalhos dos grupos de pesquisas, tornando possível a presença simultânea de vários componentes/indivíduos durante seus estudos e pesquisas;
- 03 (três) novas salas de aula devidamente equipadas com suficiente número de carteiras, quadro com pincel atômico, equipamento multimídia, etc.;
- 01 (uma) sala de reuniões;
- Salas para professores (média de 02 por sala);
- 02 (duas) salas grandes para alunos bolsistas;
- Ampliação do acervo da biblioteca central;
- 01 (hum) mini-auditório para defesas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de eventuais atividades acadêmicas como palestras e conferências por meios eletrônicos;
- 01 (hum) laboratório de informática para atendimento de 60 (sessenta) alunos;
- 01 (uma) sala reservada às atividades da Empresa Junior de Economia;
- Garantia do acesso dos alunos de graduação às bibliotecas setoriais;

12. RESULTADOS ESPERADOS

12.1 Do diagnóstico aos resultados esperados: ponderações acerca do alcance das ações do PP na construção de um melhor amanhã

O diagnóstico do curso realizado por discentes e docentes (item 3) serviu como ferramenta essencial para a identificação dos entraves considerados de maior monta ao processo de desenvolvimento do curso de Economia da UFRN. Constituiu, destarte, insumo estratégico para a confecção do PP. Com a sua implantação, espera-se obter resultados compatíveis com a gradual superação de tais óbices. Tendo em vista a conexão lógica entre o diagnóstico como insumo e o PP como resultado final, do qual a estrutura curricular é parte integrante, parece conveniente vincular os resultados esperados aos elementos originados do diagnóstico através das medidas tomadas para solucioná-los.

Contudo, durante este processo é preciso ter-se absoluta consciência de que o PP, em que pesem suas virtudes, não deve jamais ser considerado uma panacéia, capaz de, por si só, superar os múltiplos e complexos fenômenos que entravam o desenvolvimento dos cursos de Economia no Brasil, no Nordeste, e na UFRN em particular. Há que se ter consciência de que o que acontece em nossas salas de aula reflete fenômenos sociais, políticos e econômicos de ampla escala, que dizem respeito ao desenvolvimento do capitalismo nos níveis global, nacional, regional e local; às políticas educacionais de governos presentes e passados, com seus conhecidos efeitos de longo prazo e escopo sobre a realidade de cada aula; e, finalmente, às decisões presentes e passadas, tomadas no âmbito da UFRN e do Departamento de Economia. A interação complexa desses múltiplos elementos molda a realidade presente em cada minuto de aula.

Há que se ter consciência da realidade pré-moldada pela condição de sub-periferia capitalista atrasada e pobre a que nos encontramos relegados, e dos mecanismos de causação circular cumulativa, explicitados por Myrdal (1953), que revelam a enorme resistência inercial imposta pelas forças sócio-econômicas à superação dessa condição. Tais determinantes, por si só, já representam um óbice gigantesco ao processo de desenvolvimento do curso de Economia da UFRN, que ainda carrega em si as profundas cicatrizes tipicamente periféricas da desigualdade (Lênin, 1898) e da heterogeneidade (Furtado, 1961).

Há ainda que se ter em mente que as políticas de privatização e mercantilização da educação, deflagradas por ocasião do regime militar e aprofundadas por diversos governos civis, continuam a exercer seus deletérios efeitos, na medida em que propiciaram o controle da política educacional nacional pelos interesses da educação privada, encastelados no Conselho Nacional de Educação e no Congresso Nacional. Como resultado da interação conflituosa dos interesses privados ali hegemônicos com a pressão social democrática em prol da ampliação do sistema de ensino público, tem sido gerado um processo gradual de “universalização mediocrizante”. Este produz significativa ampliação de vagas nas universidades públicas, mas que não se faz acompanhar da expansão concomitante das condições necessárias de oferta para a preservação e ampliação da qualidade de ensino. O resultado, infelizmente, tem sido a degradação da qualidade do ensino público, em prol dos interesses econômicos dos proprietários das instituições de ensino privado e em detrimento do futuro do país.

Não se pode ainda deixar de considerar como as importantes especificidades da UFRN pré-formatam aspectos cruciais da nossa realidade cotidiana. Originada da

estatização e gradual aglomeração de faculdades locais, em geral de baixa qualidade, a UFRN traz suas marcas de nascença ainda bastante visíveis. A exacerbada heterogeneidade na qualidade e no ambiente acadêmico de seus vários cursos, e os resquícios oligárquicos presentes em suas ações educacionais, práticas cotidianas e discursos são apenas dois exemplos. Por outro lado, a rapidíssima expansão de seu corpo discente nos últimos anos a transformou no que hoje já pode ser considerada uma universidade de médio porte em nível nacional, o que deve auxiliar na superação de sua herança histórica.

Finalmente, tanto a origem do Departamento de Economia (item 1) quanto as decisões passadas tomadas em seu âmbito completam a moldura social vigente sobre o qual o PP atuará, completando o quadro tanto dos limites previstos para esta atuação quanto dos resultados que são razoáveis se esperar em função da sua implantação. Neste particular, dois aspectos cruciais precisam ser recuperados, pois dizem respeito à qualidade dos corpos docente e discente disponíveis.

No concernente ao corpo docente, salientam-se três características. A principal consiste na manutenção por um período de tempo muito longo de baixos níveis de qualificação, expressa na relativamente baixa proporção de doutores. Esta foi apenas muito recentemente corrigida, com o retorno de professores afastados para doutorado e a introdução do Mestrado. Tal manutenção acarretou um ambiente intelectual pouco propício ao ensino de qualidade, manifestado também na carência de cultura de debate, pesquisas e publicações, situação esta que apenas agora mostra sinais de reversão. Um segundo aspecto notável consiste na baixa proporção de docentes com pós-graduação em Economia, o qual, se por um lado amplia a interdisciplinaridade, por outro concentra excessivamente o conhecimento de teoria econômica, núcleo básico de formação dos economistas, em poucos professores, agravando o quadro acima delineado. Finalmente, ressalta-se a carga anormalmente elevada de aulas (entre outras atividades) a qual parte do corpo docente encontra-se submetido, quando comparado a outras universidades públicas. Isto também reforça os problemas acima expostos, ao limitar o tempo disponível para estudo, atualização acadêmica permanente e outras atividades extra-classe fundamentais. Torna também ainda mais difícil a atração e manutenção de docentes oriundos de ambientes intelectuais mais sofisticados. Por outro lado, a disponibilidade de um curso de Mestrado em Economia aponta no sentido de melhoria das condições de formação dos profissionais locais que venham a ser absorvidos pelo corpo docente.

O corpo discente, por sua vez, carrega em si a heterogeneidade típica do capitalismo periférico, bem como as trágicas marcas resultantes do estado deplorável da

educação básica no Estado. Na medida em que a UFRN seguiu a política nacional de aumento acelerado do número de vagas, forçou o Departamento de Economia a abrir um número de vagas excessivamente elevado, tendo em vista as dimensões da população e da economia do estado, e a queda nacional da demanda pela formação de economistas. Se por um lado tal política contribuiu para o aumento da qualificação média da população, por outro inevitavelmente produziu queda da relação candidato/vaga no vestibular para Economia, reduzindo a qualidade do aluno representativo. Ademais, conforme esta relação tornava-se inferior à de outros cursos com perfil aparentado (Administração, Contábeis, etc.), parte do corpo discente passou a ser composta por alunos que, a rigor, escolheram o curso como segunda opção. A interação de tais aspectos torna a experiência do ensino da disciplina particularmente difícil, tendo em vista as peculiaridades de um curso como o de Economia, que demanda uma formação sólida tanto na área de Humanas quanto na de Exatas. Medidas recentes de melhoria do ensino básico podem gerar frutos que, em muito longo prazo, podem melhorar o perfil do corpo discente.

Contudo, se as especificidades locais são importantes na compreensão dos limites de atuação do PP do Curso e o que se pode realisticamente esperar a partir de sua implantação, é preciso extremo cuidado para não se cair na tentação de acreditar que a realidade local justifica uma estrutura curricular significativamente diferente da que é aplicada em outras universidades públicas, Brasil e mundo afora. Afinal, um economista formado na UFRN deve estar tão bem preparado para lidar com as questões econômicas mundiais, nacionais e locais quanto os profissionais formados em qualquer outro lugar. Há ainda necessidade de conformidade às Diretrizes Nacionais para os Cursos de Economia. Não se conhece tampouco universidade brasileira ou estrangeira séria que considere obrigatória qualquer disciplina que verse apenas sobre a economia local. Enfim, por todas estas razões, o PP restringiu a discussão da economia local às disciplinas eletivas. A única disciplina conexas tornada obrigatória foi a de Desenvolvimento Econômico Regional, e mesmo assim em um sentido diferente, de desenvolvimento no espaço (vide ementa).

Não se pode desconsiderar este quadro geral quando se trata de compor uma análise realista dos resultados esperados do PP, tendo em vista as ações empreendidas com a finalidade de sanar os problemas citados no diagnóstico (item 3) do curso realizado por discentes e docentes, mas sem perder de vista os estreitos limites de natureza estrutural e institucional acima expostos.

Entre os elementos problemáticos do curso identificados pelo diagnóstico discente destacam-se: 1) a dificuldade de estabelecer conexões entre teoria e prática; 2) existência

de repetição de conteúdos entre disciplinas; 3) literatura desatualizada em algumas disciplinas; 4) rigidez decorrente de um excesso de pré-requisitos; 5) pequena oferta de disciplinas complementares; 6) distanciamento na relação professor/aluno; 7) ausência de palestras, seminários, etc.; 8) deficiências de infra-estrutura.

A falta de conexões entre teoria e prática apontada pelos alunos foi tratada por uma série de elementos que, entrelaçados, esperam-se capazes de reduzir as dimensões do problema. O primeiro consiste no adiantamento das disciplinas do núcleo duro teórico do curso para os semestres iniciais da estrutura curricular. Por si só, evidentemente, esta modificação nada acrescenta à solução do problema. Contudo, ela propicia que os componentes curriculares dispostos da metade para o final do curso tenham um caráter mais aplicado. Em particular, a exigência de aumento da carga horária do curso (Novas Diretrizes para os Cursos de Economia) impôs a possibilidade – a critério do aluno – de adoção de atividades extra-curriculares, de natureza mais prática, para a integralização desses créditos adicionais. Ademais, a redução da carga de disciplinas obrigatórias e o significativo incremento da carga de disciplinas eletivas e complementares abre mais espaço para vivências de natureza aplicada. Ainda a critério do aluno, foi criada a possibilidade de que o mesmo se matricule em seqüências de disciplinas eletivas que passam a compor áreas de ênfase de estudos – em especial em Economia Empresarial e Gestão de Políticas Públicas – que podem representar amplos espaços de interação entre os campos teóricos e práticos do aprendizado da profissão.

A questão da repetição de conteúdos entre as disciplinas pode ser muito melhor abordada no âmbito da efetiva implantação das ferramentas já disponíveis de gestão do curso – planejamento acadêmico no qual se confrontem os programas das diversas disciplinas – do que no escopo de orientações do PP. Contudo, este não deixou de prestar a contribuição que estava ao seu alcance, na medida em que durante o processo de reformulação das ementas das disciplinas, várias sobreposições foram identificadas e sanadas. Porém, é apenas através do controle permanente – e difícil – sobre a implantação efetiva das ementas e programas, no âmbito do planejamento departamental, que se evitará o ressurgimento do problema.

O PP não optou por uma abordagem radical em termos da eliminação completa dos pré-requisitos das disciplinas. Assim o fez, em parte, por entender que a natureza do curso de Economia não comporta tal solução e, em parte, pela observação de experiência francamente negativa reportada por outros departamentos da UFRN que adotaram solução desta ordem. Assim, a rigidez decorrente do excesso de pré-requisitos foi enfrentada pela

limitação dos mesmos ao encadeamento das disciplinas intra-blocos temáticos, evitando-se ao máximo a incidência de pré-requisitos entre blocos. Tal regra foi violada no caso de apenas duas disciplinas, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Econômico Regional, que, por terem uma natureza diferenciada das demais - foram redesenhadas como disciplinas de fechamento de curso - de fato exigem pré-requisitos de blocos diferentes. Contudo, tais mudanças já acarretaram redução razoável da rigidez da estrutura curricular. Outra medida que deve reduzir o problema foi a diminuição do peso das disciplinas obrigatórias em prol das eletivas e complementares, de menor exigência em termos de pré-requisitos. Entendeu-se, contudo, que a questão da rigidez se torna particularmente premente para os alunos devido à inexistência de oferta de todas as disciplinas em todos os semestres, capazes de atender em particular aqueles que são reprovados. Infelizmente, parece improvável que se venha a contar em breve com o número de docentes que seria necessário para implantar tal prática e resolver o problema de forma definitiva, nas condições de oferta presentemente propiciadas pela política educacional do país.

É importante frisar, contudo, que o tema maior da flexibilização da “estrutura curricular”, da qual a dos pré-requisitos é apenas um sub-tema, foi contemplado através de várias outras medidas que, em seu conjunto, espera-se, possam vir a minorar significativamente o problema. Destacam-se neste aspecto a reorganização das disciplinas na “estrutura” de forma a possibilitar que, sob certas circunstâncias, o curso possa inclusive ser completado em período inferior a nove semestres, a despeito da ampliação da carga horária; a inclusão da alternativa de substituir parte da carga horária adicional por atividades complementares; a pletora de disciplinas eletivas e complementares, ampliando em muito a flexibilidade de escolha na formação do aluno; a supracitada criação das “áreas de ênfase de estudos”, capazes de magnificar sobremaneira tal efeito; e a criação da possibilidade de oferta de muitas disciplinas de menor carga horária (“Tópicos Especiais”), que contemplem múltiplos temas e interesses, e que possam inclusive ser ministradas por professores de outras instituições de ensino superior em visita à cidade.

Em atendimento ao diagnóstico dos alunos e às exigências de carga horária das Novas Diretrizes para os Cursos de Economia, a oferta potencial de disciplinas optativas foi ampliada em larga escala. A nova estrutura curricular coloca a possibilidade de que o aluno, caso opte pela integralização dos créditos sem o uso das atividades complementares, passe a cursar 10 disciplinas optativas, contra 4 na estrutura antiga. Tal ampliação se deu tanto no sentido horizontal – do número de temas contemplados por novas disciplinas

optativas – quanto no sentido vertical – da profundidade de temas, propiciada pela criação de seqüências de várias disciplinas na mesma área temática. Este último aspecto inclusive evoluiu no sentido de permitir as supracitadas “áreas de ênfase de estudos”. Ocorre contudo que, para que essa oferta potencial de uma miríade de disciplinas optativas se efetive, as condições físicas de oferta do curso, em especial no que concerne à disponibilidade de docentes, sejam também sensivelmente ampliadas. Outro empecilho a tal efetivação consiste no seu impacto deletério sobre indicadores como a relação aluno/professor, presentemente considerados essenciais na avaliação do desempenho do departamento, nos quadros da atual política educacional nacional e mesmo no âmbito da gestão universitária local.

A questão da distância excessiva entre professores e alunos, abordada no diagnóstico discente, constitui questão de difícil solução no âmbito de qualquer universidade, e não apenas nas condições específicas na UFRN – embora estas contribuam com seu quinhão para o agravamento do problema. Ela guarda determinantes de natureza muito ampla, inclusive os profundos desníveis de ordem sócio-econômica e cultural que marcam as sociedades brasileira, nordestina e potiguar. Ela avança nas condições específicas da atual política educacional do país, que interpreta uma elevada relação quantitativa professor/aluno como um indicador de eficiência universitária, fazendo com que em muitos dos créditos ministrados no curso de Economia da UFRN os professores se deparem com mais do que 50 alunos em sala de aula, o que torna o espaço para contato mais próximo, dentro e fora das salas de aula, restrito em demasia. Ademais, tal política faz ainda com que os professores tenham grande número de disciplinas e comprometam-se com tal número de atividades extra-classe, nos campos burocrático, de pesquisa e extensão, que reste pouco tempo disponível para tal contato.

Não obstante o fato de que a distância entre professores e alunos guarde determinantes em esferas que se encontram muito além do seu alcance, algumas medidas tomadas no âmbito do PP parecem capazes de contribuir em alguma medida para minorar o problema. Enquadram-se em tal descrição o aumento do peso na formação dos alunos das disciplinas de natureza optativa, nas quais, espera-se, esteja presente uma relação quantitativa aluno/professor mais baixa, na contramão da política educacional vigente; e a redução da carga de trabalho extra-classe incidente sobre o corpo docente em função das contratações exigidas pela nova estrutura que, espera-se, venha a se concretizar. É possível também que a introdução da orientação acadêmica reduza as zonas de conflito da relação

professor/aluno e contribua para o estreitamento dos laços. Contudo, aqui também o papel da administração cotidiana é mais fundamental do que o do PP.

O sétimo aspecto apontado no relatório discente consiste na ausência de palestras, seminários, etc.. Mais uma vez, trata-se de tema concernente à administração cotidiana do curso e que remete também às questões estruturais acima apontadas. O PP, porém, também introduziu medidas que podem facilitar a tarefa da administração cotidiana, qual seja, a criação de disciplinas eletivas com pequena duração, propícias ao aproveitamento de créditos para as atividades suplementares previstas nas Novas Diretrizes do Curso de Economia.

O oitavo e último aspecto listado no citado relatório consiste na existência de significativas deficiências de infra-estrutura. Trata-se de outro aspecto que se encontra fora do escopo do PP. Contudo, as mudanças propostas no seu âmbito exigirão modificações das condições de oferta do curso, sob pena de inviabilidade. Assim, indiretamente o PP pode colaborar no encaminhamento da solução de alguns dos vários problemas de infra-estrutura, embora não seja este seu foco.

No que toca ao diagnóstico docente, destacam-se os seguintes pontos: 1) problemas decorrentes da má localização de disciplinas na estrutura curricular; 2) denominações imprecisas das disciplinas; 3) necessidade de mais disciplinas e atividades complementares; 4) ausência de discussão periódica sobre planos de ensino; 5) baixo nível de articulação entre ensino, pesquisa e extensão; 6) deficiência de infra-estrutura; 7) problemas relacionados à Monografia.

Talvez o primeiro problema identificado no relatório docente, o posicionamento das disciplinas na estrutura curricular, seja aquele no qual o PP mais atuou no sentido de promover mudanças e procurar evitar problemas desta natureza. De fato, a estrutura curricular foi submetida a intensa avaliação, sendo modificada de forma significativa em seus próprios princípios, com o abandono do critério cronológico de ordenamento das disciplinas e sua substituição por um critério didático. Este visa fornecer rapidamente ao aluno as ferramentas teóricas básicas de análise do economista, de forma que o resultado esperado consista em que o contato com a literatura de componentes curriculares históricos e/ou aplicados localizados agora mais à frente na estrutura curricular já ocorra com conhecimentos teóricos mais consolidados. Espera-se que tal procedimento promova um significativo ganho de qualidade para a formação do profissional, pois o acesso prévio ao núcleo da teoria econômica tende a potencializar o aproveitamento.

A principal alteração decorrente dessa reformulação do critério organizador, já referida acima, consistiu no reposicionamento do núcleo teórico do curso, em particular as disciplinas de Macro e Microeconomia. Com o desdobramento da antiga disciplina de Introdução à Teoria Econômica em Introdução à Macroeconomia e Introdução à Microeconomia, ambas situadas no primeiro semestre, tornou-se possível deslocar todo o bloco de disciplinas teóricas a elas associadas para os semestres mais iniciais do curso. Em compensação, disciplinas instrumentais, importantes para a formação profissional mas que não configuravam pré-requisito para as demais, foram distribuídas ao longo dos semestres mais à montante na estrutura curricular.

Além das aludidas vantagens concernentes ao contato mais rápido com os princípios teóricos básicos do raciocínio econômico, espera-se que tal medida opere como instrumento auxiliar na solução de outros problemas. Um dos principais decorre do fato de que a forma de organização da antiga estrutura, postergando o contato dos alunos com o núcleo duro do raciocínio econômico e, simultaneamente, os submetendo a uma elevada carga inicial de disciplinas instrumentais, tendia a gerar dois efeitos negativos sobre os alunos: afastar os que ansiavam pelo contato com a teoria econômica propriamente dita; e manter matriculados os que tardavam a descobrir que não possuíam vocação para a Economia, e que, já tendo obtido a maioria dos créditos por ocasião da descoberta, tendiam a permanecer no curso, desmotivados, a despeito de nele não encontrarem sua vocação. No primeiro caso, tal fenômeno punha a perder potenciais bons economistas, causando ainda a elevação da taxa de abandono do curso. No segundo, essa taxa reduzia-se, mas em compensação elevava-se o desinteresse pelo estudo das disciplinas e, por consequentemente, a taxa de reprovação, além da tendência a formar indivíduos descontentes com sua formação e, portanto, profissionais com baixa qualidade e motivação.

Assim, espera-se que com a nova organização das disciplinas na estrutura curricular, produza-se algum efeito no sentido de manter alguns bons potenciais (que nas condições da estrutura curricular antiga talvez abandonassem o curso) e de incentivar indivíduos que não encontraram sua vocação no curso a procurá-la alhures, para o bem do próprio indivíduo, da profissão e do país. Ademais, ela pode contribuir no sentido de reduzir as taxas de reprovação e de atraso de formação. O efeito esperado sobre a taxa de reprovação, porém, é dúvida.

Outra vantagem decorrente do reposicionamento das disciplinas na estrutura curricular foi a solução de alguns conhecidos casos de disciplinas nas quais o prejuízo

decorrente da ausência de conhecimento prévio do núcleo teórico se manifestava de forma mais aguda, como em Introdução à Econometria. Espera-se que este e outros problemas similares tenham sido sanados.

Além do deslocamento dos cursos do núcleo teórico para os semestres iniciais da estrutura curricular e os conseqüentes reordenamentos de algumas disciplinas instrumentais, outro significativo reposicionamento na estrutura curricular consistiu no deslocamento para os semestres finais da disciplina Desenvolvimento Econômico, e do posicionamento, paralelo a esta, de Desenvolvimento Econômico Regional, que passou a ser obrigatória. De acordo com a concepção revista de ambas (vide respectivas ementas no item 8), elas se transformaram em disciplinas que mobilizam, reúnem e aplicam conhecimentos de todos os blocos de formação do profissional (teórico, histórico, aplicado, quantitativo, etc.), e que portanto adquirem um caráter diferenciado das demais. Enquanto a estrutura tradicional do ensino da ciência ocidental promove a fragmentação do conhecimento necessário à formação profissional ao longo das várias disciplinas da estrutura curricular, tais disciplinas foram concebidas (sob inspiração holística) com a intenção inversa, de reunir, conectar e tornar orgânico o conhecimento apreendido de forma dispersa. Sob tais auspícios, passam a funcionar como verdadeiros fechos do curso de Economia, dando o acabamento final ao processo de formação do profissional. Em simultâneo, o fazem mobilizando todo o arsenal de conhecimentos do economista no tratamento da problemática-chave da disciplina desde seu nascimento, a intrincada questão do desenvolvimento, em geral e em espaços específicos. Para além dos ganhos substanciais de formação que se intenta obter, nutre-se a esperança de que um fecho dessa natureza auxilie o engajamento das forças criativas do economista recém-formado na urgente questão da melhoria da qualidade de vida dos seus concidadãos mais desafortunados.

É importante, além dos deslocamentos efetuados nas posições das disciplinas na estrutura curricular, estar atento aos problemas ainda desconhecidos, que serão descobertos com o acúmulo de experiência com a nova estrutura curricular. Para evitar o acúmulo dos mesmos, o Colegiado do Curso deverá ficar encarregado de realizar avaliações periódicas da nova estrutura, visando detectar problemas e propor soluções tão logo eles se apresentem.

O segundo ponto observado no relatório docente, acerca da nomenclatura das disciplinas, foi objeto de extensa revisão por ocasião da revisão da estrutura curricular. Alguns nomes foram substituídos, visando melhorar o entendimento dos conteúdos por parte de professores e alunos, e a interligação das disciplinas.

O terceiro ponto, necessidade de mais disciplinas e atividades complementares, e o sexto ponto, referente à infra-estrutura, já foram tratados por ocasião de discussões similares levantada no relatório discente.

O quarto ponto, ausência de discussão periódica sobre planejamento, remete ao uso cotidiano dos instrumentos de gestão, de planejamento, etc., e encontra-se fora do escopo do Projeto Pedagógico.

O quinto ponto, baixo nível de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, é de fato um dos desafios mais complexos para o PP. Para avaliar os resultados esperados acerca desse aspecto, é preciso entender que as causas do fenômeno estão enraizadas em todos os elementos estruturais mencionados na introdução deste item. Entre essas, serão destacadas duas, as mais importantes para a ação do PP. Mas, não se deve menosprezar o efeito das demais, que são as mais difíceis de serem trabalhadas e que, portanto, podem bloquear tal ação.

As duas causas destacadas estão concentradas nas características do corpo docente, quais sejam: a manutenção por longo período de um corpo docente de baixa qualificação, acarretando a citada pouca prioridade dada à produção científica e a excessiva carga de trabalho em sala de aula de parte do corpo docente. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é uma propriedade que mesmo departamentos com culturas consolidadas de produção científica têm dificuldade de desenvolver. Departamentos que, como o de Economia, possuem pouca consolidação neste campo, certamente apresentarão tal desenvolvimento ainda em menor grau, situação agravada pelas condições de trabalho referidas.

A solução do problema, portanto, embora envolva o PP, não se restringe a ele; ações mais específicas, na esfera de atribuições da gestão departamental, precisam ser mobilizadas. As conexões em questão incluem as relações ensino-pesquisa, pesquisa-extensão e ensino-extensão. Em todas elas, o PP pode contribuir de forma subsidiária e indireta.

Uma das medidas do Projeto Pedagógico que pode ajudar neste aspecto constitui a forte ampliação do número de disciplinas optativas. Na medida em que estas disciplinas contemplem referências bibliográficas mais próximas das fronteiras de pesquisa e de extensão e propiciem maior conexão entre professores e alunos acerca dessas temáticas, elas podem vir a se tornar um campo particularmente propício ao estabelecimento de tais conexões.

Outra medida adotada pelo PP que pode, por motivos paralelos, gerar resultados profícuos neste campo é a criação das disciplinas eletivas de menor (e variável) duração (“Tópicos Especiais”). Estas parecem ser particularmente propícias para a realização de seminários, palestras e mini-cursos voltados à divulgação entre o corpo discente dos resultados das pesquisas e atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes.

A antecipação das disciplinas teóricas na estrutura curricular para os semestres iniciais do curso, anteriormente referida, pode também auxiliar o adensamento das conexões entre ensino, pesquisa e extensão. Ao suscitar uma formação teórica básica mais acelerada ao aluno, pode torná-lo mais propício ao aproveitamento nas atividades de pesquisa e extensão desde mais cedo. Destaca-se ainda, neste particular, a nova configuração da disciplina de Introdução à Pesquisa em Economia, que passa a oferecer aos discentes, já no primeiro semestre, o conhecimento de ferramentas essenciais para o desenvolvimento de tais atividades. O fato dos alunos passarem a ter contato simultâneo com o instrumental teórico (Macro e Microeconomia) e o matemático-estatístico (Métodos Quantitativos) nos semestres iniciais da estrutura curricular opera no mesmo sentido.

A criação das atividades suplementares, no contexto das Novas Diretrizes para os Cursos de Economia, e sua inclusão no âmbito do PP, constitui campo especialmente propício para o aproveitamento pelo corpo discente das atividades de pesquisa e extensão – a critério do aluno e nos limites das Diretrizes - como parte da carga horária necessária à sua formação.

Ademais, como a mudança da estrutura curricular promovida pelo PP certamente obrigará a expansão das condições de oferta, em particular a ampliação do quadro de docentes, ele pode servir para o aprofundamento das relações desse tripé de atividades, aliviando a carga de sala de aula do corpo docente e aumentando a disponibilidade de tempo, espaço físico e outras condições necessárias à ampliação das atividades de pesquisa e extensão.

O sétimo ponto do relatório docente, Monografia, foi objeto de propostas de mudanças significativas no PP. A principal delas consiste em sua transformação, de duas disciplinas ordinárias (Monografia I e II), em Atividades de Conclusão de Curso (ACC), com carga horária similar, e distribuída também em dois semestres. A principal mudança decorrente é a transferência da responsabilidade da atividade dos professores anteriormente encarregados da disciplina diretamente para os professores orientadores da Monografia de cada aluno.

A vantagem esperada deste procedimento é que o aluno de fato passe a se dedicar à Monografia desde o curso de Técnicas de Pesquisa, e sob a supervisão mais estrita do orientador, desde Monografia I, o que nos termos da estrutura curricular antiga, de fato não ocorria. Ademais, a criação de um maior número de disciplinas eletivas, e em particular daquelas com menor carga de crédito (“Tópicos Especiais”), pode ser empregada para diminuir a carga de orientação que pesa sobre o corpo docente. Mas, não no sentido de aproveitar créditos, mas sim a sinergia gerada por disciplinas que contém referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento das Monografias.

É importante observar que não se espera, de fato, que tal transformação resolva todos ou mesmo a maioria dos problemas associados ao tema; trata-se, reconhecidamente, de uma solução de natureza parcial em um tema controverso, que não se encontra completamente resolvido no âmbito das normas da própria UFRN. Questões difíceis, como a falta de aproveitamento do tempo destinado à orientação da Monografia como carga horária pelo professor, tem levado vários cursos a reverterem procedimentos anteriormente adotados. Neste contexto, é razoável que parcela significativa da responsabilidade de estabelecer normas adicionais para a realização da Monografia deva ser mantida, em prol da preservação da flexibilidade, sob alçada do Colegiado do Curso.

A análise dos resultados esperados da implantação do Projeto Pedagógico demonstra a existência de mudanças significativas na forma de funcionamento do curso de Economia, em particular no encaminhamento das questões problemáticas enunciadas nos relatórios discente e docente. Entretanto, a despeito de todos os benefícios potenciais acima citados, é crucial não se idealizar o PP, evitando sua transformação em panacéia. De fato, o sucesso do curso depende de forma muito mais fundamental de fatores embebidos na realidade social subjacente e na política educacional do país, ambos evidentemente muito além do escopo de atuação deste Projeto. Nesta chave, convém ainda lembrar que, se o PP amplia o leque de ferramentas capazes de reduzir os entraves ao desenvolvimento do curso, é crucial não se perder de vista que a real solução reside na utilização criteriosa dos instrumentos de gestão, bem como na vivência cotidiana da sala de aula e do esforço a ela direcionado. Um bom curso de Economia se constrói a cada aula, a cada dia.

12.2 Uma visão sintética

O quadro abaixo sintetiza os aspectos mais salientes do texto acima, enfatizando as conexões entre diagnóstico, ações e resultados esperados.

Diagnóstico	Ações	Resultados esperados
Discente		
Dificuldade de estabelecer conexões entre teoria e prática	- Adiantamento das disciplinas do núcleo duro teórico do curso para os semestres iniciais da estrutura curricular; - Significativo incremento da carga de disciplinas eletivas e complementares; - criação das áreas de ênfase de estudos;	Ampliação das conexões
Existência de repetição de conteúdos entre disciplinas	-Reformulação das ementas das disciplinas; - Controle permanente sobre a implantação efetiva das ementas e programas;	Redução significativa das repetições
Literatura desatualizada em algumas disciplinas	- Planejamento acadêmico por blocos temáticos anterior ao início de cada semestre; -Controle permanente sobre a implantação efetiva das ementas e programas; - Investimento contínuo em melhoria da qualificação docente;	Elevação do grau de atualização da literatura
Rigidez decorrente de um excesso de pré-requisitos	- Redução da incidência de pré-requisitos entre blocos temáticos; -Diminuição do peso das disciplinas obrigatórias em prol das eletivas e complementares; - Reorganização das disciplinas de forma a possibilitar que o curso seja concluído em oito semestres; -Alternativa de substituir parte da carga horária por atividades complementares; -Pletora de disciplinas eletivas e complementares; -Criação das áreas de ênfase de estudos; -Criação de muitas disciplinas de menor carga horária (“Tópicos Especiais”).	Aumento do grau de flexibilidade da estrutura curricular
Pequena oferta de disciplinas complementares	-Diminuição do peso das disciplinas obrigatórias em prol das eletivas e complementares; - alternativa de substituir parte da carga horária por atividades complementares;	Aumento da oferta de tais disciplinas

	-Pletora de disciplinas eletivas e complementares; -Criação das áreas de ênfase de estudos; -Criação de muitas disciplinas de menor carga horária (“Tópicos Especiais”).	
Distanciamento na relação professor/aluno	- Aumento do peso das disciplinas de natureza optativa; -Aumento do número de docentes exigidas pela nova estrutura; -Introdução da orientação acadêmica.	Minorar o distanciamento
Ausência de palestras, seminários, etc.	- Criação de disciplinas eletivas com pequena duração;	Aumento do número de atividades do gênero
Deficiências de infra-estrutura	- Modificações das condições de oferta do curso (vide item 11);	Redução das deficiências
Docente		
Problemas decorrentes da má localização de disciplinas na estrutura curricular	- Abandono do critério cronológico de ordenamento das disciplinas e sua substituição por um critério didático; - Deslocamento do bloco de disciplinas teóricas para os semestres mais iniciais do curso; - Contato com a literatura histórica e/ou aplicada com conhecimentos teóricos mais consolidados; - Criação das disciplinas de Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Econômico Regional nos semestres finais;	Redução dos problemas desse gênero; Melhor aproveitamento de talentos antes perdidos; Mais rápida definição das vocações; Aumento da organicidade do curso; Aumento do engajamento do economista na melhoria do bem-estar social;
Baixo nível de articulação entre ensino, pesquisa e extensão	-Mobilização de ações mais específicas, na esfera de atribuições da gestão departamental; - Forte ampliação do número de disciplinas optativas; -Criação das disciplinas eletivas de menor duração (“Tópicos Especiais”); -Antecipação das disciplinas teóricas na estrutura	Melhoria do nível de articulação

	curricular para os semestres iniciais do curso; -Nova configuração da disciplina de Introdução à Pesquisa em Economia; -Criação das atividades suplementares; - Expansão das condições de oferta (item 11);	
Ausência de discussão periódica sobre planos de ensino	-Melhor uso dos instrumentos cotidianos de gestão, planejamento, etc. (fora do escopo do PP).	Introdução das discussões periódicas
Necessidade de mais disciplinas e atividades complementares	Vide parte relativa ao relatório discente (acima)	Aumento do número de tais disciplinas e atividades
Problemas relacionados à Monografia	-Transformação das disciplinas ordinárias de Monografia em Atividades de Conclusão de Curso (ACC); - Atribuição de maior responsabilidade aos professores orientadores; -Criação de um maior número de disciplinas eletivas; -Criação das disciplinas eletivas de menor duração (“Tópicos Especiais”);	Significativa melhoria de todos os aspectos relacionados à Monografia
Deficiência de infra-estrutura	Vide parte relativa ao relatório discente (acima)	Vide parte relativa ao relatório discente (acima)
Denominações imprecisas das disciplinas	-Extensa revisão por ocasião da revisão da estrutura curricular	Diminuição das imprecisões
Indicador-síntese dos resultados esperados		Elevação da taxa de conclusão/melhora substancial da formação intelectual do profissional de Economia titulado pela UFRN

13. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ANGE. **Novas Diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas 2006**. Disponível em: www.uefs.br/portal/colegiados/economia/novas_diretrizes_economicas.pdf/download. Acesso em 23 maio de 2007.

MENDES, Armando Dias. **Diretrizes Curriculares de Ciências Econômicas: Manual de Uso da Monografia. Notícia-roteiro para Reflexão**. Instituto de economia da UFRJ. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/seminariomonografia/artigos/pdf/Armando_Dias_Mendes_-_Manual_de_Monografia.pdf.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1961.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov (1916). **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4. ed., São Paulo: Global, 1987.

MYRDAL, Gunnar. (1957). **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PAGNUSSAT, José Luiz. **Diretrizes curriculares para os cursos de Ciências Econômicas**. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/Publicacoes/Estudos/22/est22-07.htm>.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
RESOLUÇÃO Nº 001/2009-COLEGIADO DE CURSO

Regulamenta as atividades complementares do Curso de
Bacharelado em Ciências Econômicas desta Universidade.

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e de acordo com deliberação tomada em sua reunião do dia XX de XXXXXXX de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º – As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, e facultadas aos alunos para integralização curricular no Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Resolução MEC No. 7, de 29.03.2006).

Art. 2º – As atividades Complementares são classificadas em 04 (quatro) categorias:

- a) Atividades de ensino;
- b) Atividades de pesquisa;
- c) Atividades de extensão;
- d) Atividades de representação estudantil.

Art. 3º - As Atividades complementares devem ser realizadas ao longo do curso e poderão ter contabilizada, para fins de integralização curricular, uma carga horária total de até 240 (duzentas e quarenta) horas.

Art. 4º – O registro de atividade complementar deve ser realizado mediante apresentação de documento hábil emitido por entidades públicas e privadas junto à Coordenação do Curso.

Parágrafo Único – A Coordenação deve proceder ao registro no histórico do aluno, a partir dos documentos comprobatórios, e efetuar a guarda de cópia de tais documentos por até um período de 02 (dois) anos após a conclusão do Curso.

Parágrafo Primeiro – A referida apresentação deve ser realizada até o último período de conclusão do Curso.

Art. 5º – A carga horária máxima contabilizada por cada um dos blocos de atividades de ensino, pesquisa e extensão corresponderá, no máximo, a 70% da carga horária total com as atividades complementares (240 horas/aula).

Art. 6º – As atividades de ensino, bem como a carga horária válida por atividade, são as constantes do quadro a seguir:

Atividades de Ensino	Carga Horária
Monitoria reconhecida pela Pró-Reitoria de Graduação	Integral
Atividades da Empresa Júnior com propósitos acadêmicos	Integral
Estágio não obrigatório	30/semestre

Art. 7º – As atividades de Pesquisa e suas respectivas cargas horárias são as que seguem:

Atividades de Pesquisa	Carga Horária
Participação em projetos de pesquisa registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa	15/semestre
Trabalhos de Iniciação Científica	30/semestre
Participação no PET – Programa de Educação Tutorial	30/semestre
Livro	30
Capítulo de livro	8
Publicação de artigo em periódico com corpo editorial	30
Publicação de Trabalho Completo em Anais de Evento Científico (local/regional)	15
Publicação de Trabalho Completo em Anais de Evento Científico (nacional/internacional)	30
Publicação de Resumo em Anais de Evento Científico (local/regional)	8
Publicação de Resumo em Anais de Evento Científico (nacional/internacional)	15
Apresentação de Trabalho Completo em Evento Acadêmico (local/regional)	15
Apresentação de Trabalho Completo em Evento Acadêmico (nacional/internacional)	30
Apresentação de Comunicação em Evento Acadêmico (local/regional)	8
Apresentação de Comunicação em Evento Acadêmico (nacional/internacional)	15
Publicação de Artigo em Jornal, Revista ou Periódico não-acadêmico	10

Art. 8º – As atividades de extensão e suas respectivas cargas horárias são as seguintes:

Atividades de Extensão	Carga Horária
Participação em Projeto de Extensão registrado na Pró-Reitoria de Extensão	15/semestre
Participação em seminários, congressos, encontros estudantis e congêneres reconhecidos por Instituições de Ensino Superior (local/regional)	8/semestre
Participação em seminários, congressos, encontros estudantis e congêneres reconhecidos por Instituições de Ensino Superior (nacional/internacional)	15/semestre
Participação em Curso de Extensão	Integral

Art. 9º – A carga horária máxima contabilizada pelo bloco de atividades referentes a representação estudantil corresponderá, no máximo, a 30% da carga horária total com as atividades complementares (240 horas/aula).

Art. 10 – As atividades de representação estudantil, bem como suas respectivas cargas horárias, são as que constam do próximo quadro:

Atividades de Representação Estudantil	Carga Horária
Membro de Conselho Superior da Instituição	15/semestre
Membro de Conselho de Centro Acadêmico	15/semestre
Membro do Colegiado do Curso	15/semestre
Coordenador do Diretório Central dos Estudantes	30/semestre
Presidente/Coordenador do Centro Acadêmico do Curso	30/semestre
Pres./Coord. Membro de Diretoria da Empresa Júnior	30/semestre
Membro de Diretoria da Empresa Júnior	15/semestre

Art. 11 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso, ficando revogadas as disposições em contrário.

Natal, 24 de Novembro de 2009.

Prof. Hiran Francisco Oliveira Lopes da Silva
Presidente do Colegiado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
RESOLUÇÃO Nº 002/2009-COLEGIADO DE CURSO

Estabelece as normas que regulamentam a Atividade de Conclusão do Curso (Monografia I) de Ciências Econômicas desta Universidade.

O COORDENADOR DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Título I - Da inscrição

Art. 1º. – A inscrição na Atividade de Conclusão do Curso – Monografia I será realizada pela Coordenação do Curso no período normal de inscrição em disciplinas, mediante aceitação formal de orientação.

Título II - Do Orientador

Art. 2º. – Incumbe exclusivamente a cada aluno escolher, dentre os professores integrantes do Departamento de Economia, o Professor Orientador, o qual deverá formalizar a aceitação do aluno com sua assinatura no Requerimento do Projeto de Monografia (ANEXO 1).

§ 1º - Excepcionalmente o aluno poderá ser orientado por docente pertencente a outro Departamento da UFRN. Neste caso, a orientação deverá ser aprovada pelo Coordenador.

§ 2º - A solicitação para mudança de orientação em Monografia I deverá ser feita através de requerimento, mediante justificativa, devidamente assinada pelo interessado e pelo novo candidato a orientador, encaminhado à Coordenação do Curso até o limite de 1/2 do período letivo em que o Projeto de Monografia estiver sendo elaborado. Havendo concordância do Coordenador, a mudança deverá ser comunicada ao antigo orientador.

§ 3º - O orientador poderá abdicar da orientação, adotando igual procedimento.

Título III - Do Projeto de Pesquisa

Art. 3º. – O Projeto de Pesquisa consiste de um trabalho individual e original, com tema de livre escolha do aluno, desenvolvido na área de Ciências Econômicas, conforme Diretrizes Curriculares.

Parágrafo Único - O Projeto de Pesquisa deve conter, no mínimo, título, objeto de estudo, pergunta de pesquisa, justificativa, hipótese, metodologia, revisão bibliográfica e referências, em consonância com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Título IV - Do Prazo de Entrega do Projeto de Pesquisa

Art. 4º. – O Projeto de Pesquisa deverá ser entregue com no mínimo 07 (sete) dias consecutivos de antecedência da data de encerramento do período letivo.

Título V - Da avaliação

Art. 5º. – A partir da avaliação do Projeto de pesquisa, ao término do período letivo o orientador lançará no sistema da Universidade a condição de aprovado ou reprovado do orientando.

Art. 6º. – Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado de Curso.

Título VI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 7º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso, ficando revogadas as disposições em contrário.

Natal, 24 de Novembro de 2009.

Prof. Hiran Francisco Oliveira Lopes da Silva
Presidente do Colegiado

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
RESOLUÇÃO Nº 003/2009-COLEGIADO DE CURSO

Estabelece as normas que regulamentam a Atividade de Conclusão do Curso (Monografia II) de Ciências Econômicas desta Universidade.

O COORDENADOR DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Título I - Da Atividade de Conclusão do Curso

Art. 1º. A Atividade de Conclusão do Curso visa promover o desenvolvimento de um trabalho acadêmico como pré-requisito obrigatório para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 2º. – Constitui pré-requisito para a matrícula na Atividade de Conclusão do Curso ter integralizado todas as disciplinas obrigatórias do Curso de Ciências Econômicas, exceto ECO-0031: Desenvolvimento Econômico e ECO-0032: Desenvolvimento Econômico Regional.

Título II - Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 3º. – O Trabalho de Conclusão de Curso (doravante TCC) consiste de um trabalho individual e original, com caráter de monografia, com tema de livre escolha do aluno, desenvolvido na área de Ciências Econômicas, conforme Diretrizes Curriculares.

Título III – Do Orientador

Art. 4º. – Incumbe exclusivamente a cada aluno escolher, dentre os professores integrantes do Departamento de Economia, o Professor Orientador, o qual deverá formalizar a aceitação do aluno (ANEXO 1).

§ 1º - O documento de aceitação é pré-condição para a matrícula na Atividade de Conclusão de Curso-Monografia II, que será efetuada pela Coordenação do Curso no período normal de inscrição em disciplinas.

§ 2º - Excepcionalmente o aluno poderá ser orientado por docente pertencente a outro Departamento da UFRN. Neste caso, a orientação deverá ser aprovada pelo Coordenador.

§ 3º - A solicitação para mudança de orientação em Monografia II deverá ser feita através de requerimento, mediante justificativa, devidamente assinada pelo interessado e pelo novo candidato a orientador, encaminhado à Coordenação do Curso até o limite de 1/3 do período letivo em que a Monografia estiver sendo elaborada. Havendo concordância do Coordenador, a mudança deverá ser comunicada ao antigo orientador.

§ 3º - O orientador poderá abdicar da orientação, adotando igual procedimento.

Art. 5º. – Cada Professor Orientador poderá assumir a responsabilidade de no máximo 04 (quatro) alunos por semestre.

Parágrafo Único - Cada docente do Departamento de Economia deverá orientar pelo menos 01 (hum) aluno por ano, salvo nos casos em que não seja demandado para temáticas relativas à sua área de formação/atuação.

Art. 6º. - A responsabilidade pela elaboração do trabalho de conclusão de curso é integralmente do aluno.

Título IV - Dos Requisitos do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 7º. - O TCC deve conter objeto de estudo, justificativa, metodologia e referências em consonância com as normas sobre documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 8º. - O corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir, obrigatoriamente, um mínimo de 30 (trinta) e um máximo, recomendado, de 70 (setenta) páginas de texto.

Art. 9º. – Caso o trabalho seja aprovado pela banca examinadora, o aluno deve entregar 02 (dois) exemplares, com as devidas correções (caso haja) sugeridas pela banca (uma encadernada à francesa e outra em meio digital – CD-ROM) para depósito na Secretaria da Graduação.

Art. 10 - O trabalho desenvolvido deve ser apresentado e defendido perante uma Banca Examinadora composta do Professor – Orientador, que a preside, e de mais 01 (hum) professor do Departamento de Economia.

Parágrafo Único - Excepcionalmente poderá fazer parte da Banca Examinadora, professor pertencente a outro Departamento da UFRN, de outras universidades ou ainda profissionais, de reconhecida competência na área da pesquisa. Neste caso, o nome deverá ser aprovado pelo Coordenador.

Título V - Dos Prazos

Art. 11 – Para organização das defesas do TCC-Monografia II, deverão ser prestadas à Secretaria da Graduação, com um prazo de no mínimo 20 (vinte) dias consecutivos antes do período reservado para a apresentação e defesa, as seguintes informações: Nome do aluno; Título do trabalho, Membros da Banca Examinadora e Área de Concentração do Trabalho.

Art. 12 – Os membros da Banca deverão receber cópia do trabalho com no mínimo 15 (quinze) dias consecutivos de antecedência da data da apresentação.

Art. 13 - As sessões de apresentação oral são públicas e deverão ocorrer no período compreendido entre 30 (trinta) e 15 (quinze) dias consecutivos antes do final do período letivo.

Título VI – Da Avaliação

Art. 14 – Após a apresentação e defesa do TCC, os membros da Banca Examinadora decidirão pela aprovação ou reprovação do mesmo.

Art. 15 - Na apresentação, o aluno terá 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da Banca Examinadora até 15 (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo o discente, ainda, de outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 16 - A Banca Examinadora pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de sua monografia.

Art. 17 - A avaliação final, assinada pelos membros da Banca Examinadora, deverá ser registrada em ata e, em caso de aprovação, também na cópia da monografia entregue à Secretaria de Graduação.

Art. 18 - O aluno que não entregar o TCC ou que não comparecer para a apresentação oral, estará automaticamente reprovado na respectiva atividade.

Art. 19 - Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação definitiva.

§ 1º - Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema do TCC e com o mesmo orientador.

§ 2º - Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo processo para elaboração do TCC, desde a primeira etapa.

Art. 20 - Ao aluno reprovado no TCC é vedada a apresentação de novo trabalho de conclusão de curso, qualquer que seja a alegação, no mesmo semestre da reprovação.

Art. 21 – Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado de Curso.

Título VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso, ficando revogadas as disposições em contrário.

Natal, 24 de Novembro de 2009.

Prof. Hiran Francisco Oliveira Lopes da Silva
Presidente do Colegiado

ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA I: ECO-0033

IDENTIFICAÇÃO/ACEITE DE ORIENTAÇÃO DA ACC-MONOGRAFIA II

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1 - ALUNO

1.1 – Nome completo: _____

1.2 – Matrícula: _____

1.3 – Endereço: _____

1.4 – Telefone para contato:

Fixo residencial: _____

Fixo trabalho: _____

Celular: _____

1.5 – Email: _____

2 – TEMA DA MONOGRAFIA:

3 PROFESSOR ORIENTADOR

3.1 – Nome completo: _____

3.2 – Matrícula: _____

3.3 – Endereço: _____

3.4 – Telefone para contato:

Fixo residencial: _____

Fixo trabalho: _____

Celular: _____

3.5 – Email: _____

4. JUSTIFICATIVA DO TEMA ESCOLHIDO (objetivos, metodologia, plano de trabalho a parte).

5. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

6. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

7. HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

8. ASSINATURAS:

8.1. DO ALUNO: _____

8.2. DO PROFESSOR ORIENTADOR: _____

8.3. DO COORDENADOR DO CURSO _____

8.4. DATA DO ACEITE: _____

ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA II: ECO-0034

IDENTIFICAÇÃO/ACEITE DE ORIENTAÇÃO DA ACC-MONOGRAFIA II

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1 - ALUNO

1.1 – Nome completo: _____

1.2 – Matrícula: _____

1.3 – Endereço: _____

1.4 – Telefone para contato:

Fixo residencial: _____

Fixo trabalho: _____

Celular: _____

1.5 – Email: _____

2 – TEMA DA MONOGRAFIA:

3 PROFESSOR ORIENTADOR

3.1 – Nome completo: _____

3.2 – Matrícula: _____

3.3 – Endereço: _____

3.4 – Telefone para contato:

Fixo residencial: _____

Fixo trabalho: _____

Celular: _____

3.5 – Email: _____

4. JUSTIFICATIVA DO TEMA ESCOLHIDO (objetivos, metodologia, plano de trabalho a parte).

5. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

6. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

7. HORÁRIO DE ORIENTAÇÃO DA MONOGRAFIA

8. ASSINATURAS:

8.1. DO ALUNO: _____

8.2. DO PROFESSOR ORIENTADOR: _____

8.3. DO COORDENADOR DO CURSO _____

8.4. DATA DO ACEITE: _____

ATIVIDADE DE CONCLUSÃO DE CURSO – MONOGRAFIA II: ECO-0034

ALUNO(a): _____

TCC (Título): _____

Conceito: () aprovado () reprovado

Natal, ____ de _____ de _____.

Assinaturas:

Orientador(a): _____

Examinado(a): _____